



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

O TEKOA SONHADO

DANIELA SUSIN GUERRA

Foz do Iguaçu
2021

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

O TEKOA SONHADO

DANIELA SUSIN GUERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustini Bonciani

Foz do Iguaçu
2021

DANIELA SUSIN GUERRA

O TEKOA SONHADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani
UNILA

Prof. Dra. Barbara Maisonnave Arisi
VU Amsterdam e AUC

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Foz do Iguaçu, 22 dezembro de 2021.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação

Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA – BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

G934t

Guerra, Daniela Susin.

O Tekoa Sonhado / Daniela Susin Guerra. – Foz do Iguaçu, 2021.

71 f.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Rodrigo Faustinoni Bonciani.

1. Comunidade Guarani Tekoa Arandu. 2. Políticas públicas. 3. Demarcação de terras. I. Bonciani, Rodrigo Faustinoni, Orient. II. Título.

CDU: 349.41 (=873.241)

Dedico este trabalho a comunidade do
Tekoa Arandu Vera que segue sonhando
com sua aldeia e compartilha com muito
afeto seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a comunidade do Tekoa Arandu Vera que me recebeu no *tekoa* e com muito acolhimento compartilhou seus sonhos. A todos os jovens e crianças, que a partir da dinâmica realizada, ilustraram o que desejam para a aldeia de forma leve, descontraída e curiosa. A todos os moradores do *tekoa* e em especial ao Cacique Joel que desde o início dos diálogos sobre a pesquisa apoiou a ideia, enriquecendo não só o trabalho, mas também minha trajetória ao transmitir seus saberes. Um agradecimento especial a Emelly que alegrou ainda mais minha passagem pelo *tekoa* ao me presentear com essa flor que agora devolvo a ela.



Agradeço a minha família por sempre me incentivar na busca por meus objetivos, me apoiando incondicionalmente.

Agradeço aos meus amigos por todas as palavras de estímulo.

Agradeço a todas as pessoas que dedicaram tempo ao ouvir sobre a pesquisa e de alguma forma puderam contribuir ou repensar sobre a temática indígena.

Agradeço por fim, a todos que contribuíram para a pesquisa, em especial aos professores que me acompanharam, me orientando nessa trajetória. Aos professores da UFFS que desde o momento da graduação nos sensibilizam para o papel social do arquiteto, que me auxiliaram na aproximação com o tema e trouxeram valiosas contribuições que estão presentes nessa pesquisa. Aos professores da UNILA, em especial aos que participaram de minha orientação e da banca de qualificação, auxiliando no desenvolvimento do trabalho.

Utopia está en el horizonte. Me acerco dos passos, ella se aleja dos passos. Camino diez passos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar.

Eduardo Galeano

RESUMO

“O tekoa sonhado” reúne expectativas da comunidade Guarani do Tekoa Arandu Vera para o território identificado como Terra Indígena Mato Preto (RS). O espaço compreende uma antiga aldeia, Tekoa Ka'atÿ, da qual famílias Guarani foram expulsas pelo Estado para a implantação de um projeto de colonização rural. Desde então, o território vem sendo habitado por famílias de agricultores. Os antigos moradores da aldeia e seus descendentes, que desde então coabitavam em área Kaingang na Terra Indígena Cacique Doble (RS), iniciaram um processo de retomada a partir de 2003 em busca de liberdade, da possibilidade de viver de acordo com sua organização interna e dentro do modo de vida Guarani. A comunidade que passou anos em situação de acampamento e hoje vive em área adjacente à ocupação inicial, às margens da RS 135, tem suas práticas culturais limitadas devido a área ínfima que habita e a escassez de recursos naturais. Nesse sentido, ao apresentar a estrutura atual da aldeia em contraposição ao que a comunidade sonha para a área, essa diferença evidencia dois pontos principais que a pesquisa relata. Um deles é a questão fundiária e a urgência de demarcação do território como forma de garantir uma porção de terra tradicional e conseqüentemente seu direito de se diferenciar culturalmente, bem como garantir sua sobrevivência física. Outro ponto, que vai de encontro também com a fala de diversas lideranças indígenas, aponta para a necessidade de políticas públicas específicas para as comunidades a fim de que sejam considerados os aspectos culturais. Do ponto de vista da arquitetura trago alguns exemplos com o intuito de que possam contribuir em relação aos processos participativos de projeto.

Palavras-chave: Guarani. Território. *Tekoa*. Políticas Públicas. Arquitetura.

RESUMEN

“El Tekoa Soñado” reúne las expectativas de la comunidad guaraní de Tekoa Arandu Vera para el territorio identificado como Tierra Indígena Mato Preto (RS). El espacio comprende una antigua aldea, Tekoa Ka'atÿ, de la cual el Estado expulsó a familias guaraníes para implementar un proyecto de colonización rural. Desde entonces, el territorio ha estado habitado por familias de agricultores. Los exaldeanos y sus descendientes, quienes desde entonces vivían en el área Kaingang en la Tierra Indígena Cacique Doble (RS), iniciaron un proceso de retoma en 2003 en busca de la libertad, la posibilidad de vivir de acuerdo con su organización interna y dentro del estilo de vida guaraní. La comunidad que pasó años en una situación de campamento y ahora vive en un área adyacente a la ocupación inicial, a orillas de la RS 135, tiene prácticas culturales limitadas debido a la pequeña área que habita y la escasez de recursos naturales. En este sentido, al presentar la estructura actual de la aldea en contraposición a lo que sueña la comunidad para la zona, esta diferencia resalta dos puntos principales que reporta la investigación. Uno de ellos es el tema de la tierra y la urgencia de demarcar el territorio como una forma de garantizar una porción de tierra tradicional y, en consecuencia, su derecho a diferenciarse culturalmente. Otro punto, que también se encuentra con el discurso de varios líderes indígenas, apunta a la necesidad de políticas públicas específicas para las comunidades para que se consideren los aspectos culturales. Desde el punto de vista arquitectónico, traigo algunos ejemplos con la intención de que puedan contribuir a los procesos de diseño participativo.

Palabras clave: Guaraní. Territorio. Tekoa. Políticas públicas. Arquitectura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema de localização da Terra Indígena Mato Preto	17
Figura 2 – Mapa Guarani Continental	18
Figura 3 – Mapa da Reserva Florestal Mato Preto	19
Figura 4 – Esquema de localização das áreas	27
Figura 5 – Espaços de uso comum da aldeia	30
Figura 6 – Volumetria e planta da proposta de TFG – núcleo da comunidade	33
Figura 7 – Volumetria e planta da proposta de TFG – núcleo da comunidade	33
Figura 8 – Proposta de expansão do Teko Jeapo	47

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Mural na escola do Tekoa Ocoy	12
Fotografia 2 – Relato presente em mural	12
Fotografia 3 – Configuração inicial da aldeia	27
Fotografia 4 – Imagem atual da aldeia	27
Fotografia 5 – Imagens aéreas da aldeia	28
Fotografia 6 – Imagens aéreas da aldeia	28
Fotografia 7 – Imagens aproximadas da casa de Alcindo	29
Fotografia 8 – Imagens aproximadas da casa de Alcindo	29
Fotografia 9 – Espaço da sala de aula	30
Fotografia 10 – Quadro com atividade em guarani	30
Fotografia 11 – Casas Tekoa Pindoty	38
Fotografia 12 – Casas Tekoa Nhü Porã	38
Fotografia 13 – Imagem externa da Escola Teko Jeapo	45
Fotografia 14 – Imagem interna da escola	46
Fotografia 15 – Imagem do mutirão de construção da escola	46
Fotografia 16 – Imagens do processo participativo	48
Fotografia 17 – Imagens do processo participativo	48
Fotografia 18 – Tipologia das casas construídas através do programa	51
Fotografia 19 – Tipologia das casas construídas através do programa	51

Fotografia 20 – Casas tradicionais construídas ao lado da tipologia do governo ...	52
Fotografia 21 – Casas tradicionais construídas ao lado da tipologia do governo ...	52
Fotografia 22 – Colheita na proximidade da aldeia	56
Fotografia 23 – Entorno da aldeia	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projeto 1 – Aldeia Guarani Guyrapaju	49
Quadro 2 – Projeto 2 – Aldeia Guarani Aguapéu	49
Quadro 3 – Projeto 3 – Aldeia Guarani Aguapéu	50
Quadro 4 – Desenhos que ilustram a aldeia sonhada pelas crianças da aldeia.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPI	Conselho Estadual dos Povos Indígenas
DOU	Diário Oficial da União
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
PBA	Plano Básico Ambiental
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S/A
RS	Rio Grande do Sul
SEHAB	Secretaria Estadual de Habitação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TFG	Trabalho Final de Graduação
TI	Terra Indígena
TSBE	Transmissora Sul Brasileira de Energia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2. TEKOA ARANDU VERA	16
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA TI MATO PRETO .	16
2.2 MORADORES DO TEKOA: GUARANI MBYA E CHIRIPÁ.....	22
2.3 CONHECENDO A ESTRUTURA DA ALDEIA.....	26
3. DELINEAR DA PESQUISA	33
3.1 HISTÓRIA DA ARQUITETURA	35
3.1.1 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E ARQUITETURA GUARANI	37
3.2 ARQUITETURA, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS	40
3.3 PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE PROJETO	43
3.3.1 Teko Jeapo – Escola Autônoma Mbya Guarani	44
3.3.2 Oficinas Participativas – Plano Básico Ambiental (PBA).....	48
3.3.3 Programa Estadual de Habitação para os Povos Indígenas (RS)	52
3.3.4 Considerações sobre os Processos Participativos	54
4. A ALDEIA SONHADA.....	56
4.1 DINÂMICA COM OS JOVENS E CRIANÇAS.....	57
4.2 EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE PARA A ALDEIA.....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	67

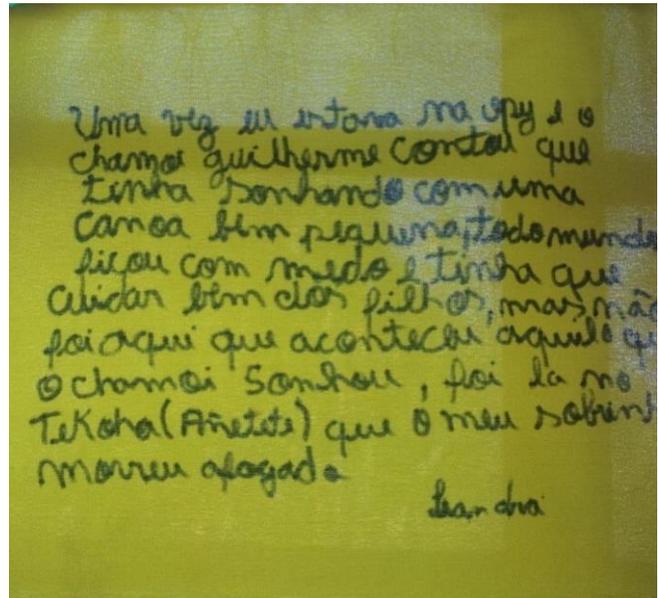
1 INTRODUÇÃO

Fotografia 1: mural na escola do Tekoa Ocoy



Fonte: a autora, 2018

Fotografia 2: relato presente em mural



Fonte: a autora, 2018

“Uma vez eu estava na opy e o chamoí Guilherme contou que tinha sonhado com uma canoa bem pequena. Todo mundo ficou com medo e tinha que cuidar bem dos filhos. Mas não foi aqui que aconteceu aquilo que o chamoí sonhou, foi lá no tekoha (Añetete) que o meu sobrinho morreu afogado.”

Leandra, em relato presente em mural no Tekoa Ocoy, São Miguel do Iguazu, PR / Visita realizada em 2018

Ao contrário da sociedade ocidental, onde os sonhos não possuem um lugar de destaque, a sociedade Guarani é guiada pelos sonhos. Para os Guarani o sonho não é algo irreal, mas sim uma experiência que igualmente aconteceu, tendo impacto na vida cotidiana da aldeia. O sonho é “um fenômeno que se conecta a diversos aspectos interrelacionados da vida Guarani: concepção, nomeação, parentesco, canto, curas xamânicas, aconselhamentos cotidianos, deslocamentos territoriais.” (SALUSTIANO, 2020).

Envolve a coletividade da aldeia, à medida que os sonhos são compartilhados e interpretados, geralmente pela manhã, com as pessoas reunidas em volta do fogo familiar, acompanhadas do chimarrão, sendo um momento de transmissão de saberes. Por serem concebidos também como mensagens das divindades, trazem

informações, conectam ao mundo sagrado, revelam nomes e antecipam acontecimentos:

Mitos e sonhos são dispositivos legítimos de conexão entre o que experienciamos acordados e o sagrado, por isso os guarani compreendem seus sonhos como viagens da alma, por conseguinte, ao percorrer os caminhos do universo onírico, a alma se comunica com o mundo dos deuses, com os mortos, com os donos da floresta e dos animais, e ao acordar, o sonhador, retorna ao mundo da vigília, mas tem em si imagens e mensagens que são respostas para muitas perguntas, importantes na resolução de problemas e definidoras do cotidiano. (REFATTI, 2015).

São vários os relatos na literatura sobre o espaço que os sonhos ocupam também na mobilidade Guarani, onde os deslocamentos e os lugares onde se estabelecem são revelados em sonhos. Dentre os fatores que condicionam a criação de um novo *tekoa* (aldeia) “o primeiro deles está relacionado com os sonhos dos xamãs, que anunciam mensagens das divindades sobre qual trajetória seguir. As terras sonhadas que possuírem as características necessárias à criação de uma *tekoa*, serão denominadas *tekoa porã*” (MELLO, 2001).

Nesse sentido, a pesquisa leva o nome de “O Tekoa Sonhado” pelo fato do Tekoa Arandu Vera ser duplamente sonhado: indicado em sonho pelo líder espiritual da aldeia, e sonhado também no sentido de idealização do espaço que a comunidade anseia.

Como já colocado, a concepção de sonho para a sociedade ocidental e para os Guarani possui significado e vivências diferentes. A ideia de sonho como projeção de futuro está vinculada a uma perspectiva ocidental, uma expectativa, um anseio. Já para os Guarani o sonho é uma experiência sentida, revelada e vivenciada. Nesse sentido o título remete a essas duas dimensões que se diferenciam culturalmente.

Utilizo a palavra “espaço” ao invés de território, porque para os Guarani a busca pela demarcação da terra não está vinculada a uma ideia de propriedade, mas sim a possibilidade de garantir sua vivência dentro do modo de vida Guarani. Como já presente na literatura (MELIÀ, 1990) e reafirmado pelo Cacique Joel Kuaray Pereira, “sem *tekoa*, não existe *teko*.” Sendo *teko* o modo de ser Guarani e *tekoa* o lugar que possibilita esse modo de ser, a definição de *tekoa* corre menos pelo lado econômico do que pelo modo de produção de cultura. Além da possibilidade de viver dentro do modo de vida Guarani, o território é essencial para prover a sobrevivência física da comunidade através do acesso a práticas como a agricultura, pesca, caça e coleta.

Nesse sentido, em 2003, o grupo Guarani que vivia em Cacique Doble (RS) coabitando a Terra Indígena (TI) com os Kaingang, inicia um processo de retomada. Saíram em busca de um lugar onde pudessem viver em liberdade, de acordo com sua organização

interna. O destino foi indicado por Eduardo Karai Guaçu, ancião já falecido, que “ouvia e via em seus sonhos que era hora de partir de Cacique Doble” (MELLO, 2006). O local indicado era uma aldeia onde Eduardo morou na juventude, Tekoa Ka’aty¹, e da qual foram expulsos pelo Estado para a viabilização de um projeto de colonização rural da área. Além do *tekoa* ter sido habitado por moradores e ancestrais da comunidade, politicamente esse local também havia sido reservado para os Guarani antes de sua expulsão e chegada dos imigrantes.

Foram anos vivendo em situação de acampamento em área de domínio público, junto aos trilhos de trem desativados. Atualmente a comunidade vive em um espaço que, embora seja melhor estruturado, não garante condições de que possam viver dentro do *nhanderekó* (sistema Guarani).

Tendo em vista esse contexto, relatado com mais detalhes no decorrer do texto, **a pesquisa tem como objetivo reunir as expectativas da comunidade do Tekoa Arandu Vera para esse espaço sonhado.** Ao trazer aspectos dessa aldeia idealizada reflete sobre dois aspectos: **a maneira como a falta de um território amplo, com recursos naturais limita a comunidade em relação as suas práticas culturais e a relação entre arquitetura e cultura que muitas vezes é negligenciada pelas políticas públicas.**

Dessa forma, o **capítulo 1** consiste na **contextualização da aldeia.** Traz elementos que buscam situar o leitor em relação ao cenário vivenciado pela comunidade do *tekoa*. Localiza geograficamente esse espaço, traz o histórico de ocupação do local reforçando a forma como ele integra o território tradicional Guarani. Traz aspectos do modo de ser Guarani importantes para entender os anseios de uma comunidade que se diferencia entre horizontes culturais e que possui uma concepção de território voltada para a viabilização de seu modo de ser. Também apresenta a maneira como a comunidade está organizada atualmente no espaço da aldeia.

O **capítulo 2** demonstra **os caminhos que me levaram até a pesquisa** vinculados principalmente a minha área de formação na **arquitetura.** Traz dados sobre a **arquitetura Guarani** no intuito de valorizar seus saberes construtivos e situar sobre uma trajetória construtiva que leva a comunidade até a proposta de aldeia atual. A partir da observação das intervenções arquitetônicas nas aldeias e dos relatos constantes das lideranças indígenas de que as políticas públicas são falhas ao estender programas sem

¹ Ka’aty significa Erval. De acordo com Ladeira (2015) os nomes das aldeias estão associados a características geográfica, como a vegetação nesse caso.

considerar as especificidades culturais, reflete sobre essa problemática apontando para um **processo participativo de projeto**. Nesse sentido, a pesquisa traz alguns exemplos de processos no âmbito das aldeias Guarani em diferentes esferas a fim de refletir sobre seus métodos.

Essa postura de participação orientou também a prática em campo da pesquisa, detalhada no **capítulo 3**, onde nesse contato procurei **apurar os anseios da comunidade para a área**, explorando os diferenciais que buscam para os espaços construídos, a preferência por materiais que se aproximam de sua cultura material, o equilíbrio que o cacique sinaliza entre as estruturas da sociedade envolvente e uma “estrutura cultural.” O **capítulo 3** traz também relatos sobre a **dinâmica realizada com as crianças e jovens da aldeia**, sugerida pelo cacique. Ao propor a dinâmica com o público jovem do *tekoa*, Joel justificou dizendo que eles é quem estarão no comando da aldeia futuramente. O resultado dessa prática foi a ilustração da aldeia sonhada por cada criança.

A aldeia sonhada pela comunidade é rica em recursos naturais, com possibilidades e práticas que hoje só são possíveis em seu imaginário, ou ocorrem atualmente condicionadas ao espaço disponível. Muitas crianças nasceram no contexto do acampamento ou não tiveram a oportunidade de vivenciar o *tekoa* que desenharam. Ao mesmo tempo que esse resultado encanta pela perenidade desses sonhos, também evidencia a urgência por promover esse direito/oportunidade, para que como disse o cacique: “a cultura não morra.”

Em tempos onde é difícil sonhar, a comunidade do Tekoa Arandu Vera segue sendo guiada pelos sonhos.

2. TEKOA ARANDU VERA

Este capítulo da pesquisa consiste na contextualização do Tekoa Arandu Vera, relacionando informações sobre o histórico de ocupação da Terra Indígena Mato Preto, sua localização, a composição do grupo que reivindica seu território e o processo de retomada da aldeia. Tem como principal fonte a interlocução com o Cacique Joel Kuaray Pereira, liderança política² do *tekoa*. Joel é professor bilingue na aldeia e faz curso de graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim, universidade onde também me formei como arquiteta e urbanista. Dessa forma, a universidade foi o ponto de encontro onde tive contato com os moradores da aldeia, tive a oportunidade de visitá-la e também onde se deram os primeiros diálogos sobre a pesquisa.

Além das informações levantadas a partir das visitas a aldeia, dentre as fontes bibliográficas consultadas, destaco os relatórios de identificação e delimitação do território, que são pré-requisitos para demarcação da área, bem como demais pesquisas realizadas pela antropóloga que coordenou o processo, Flávia Cristina Mello, visto que desenvolve trabalho de anos com as comunidades Guarani, incluindo a de Mato Preto. Outra fonte importante é o documentário “MATO PRETO: Guarani em Busca da Liberdade” (2015)³, divulgado pelo cacique. Com direção de Rosana Cacciatore, nele constam relatos dos moradores do *tekoa* sobre a situação da comunidade, da mesma forma que antecipa alguns anseios.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA TI MATO PRETO

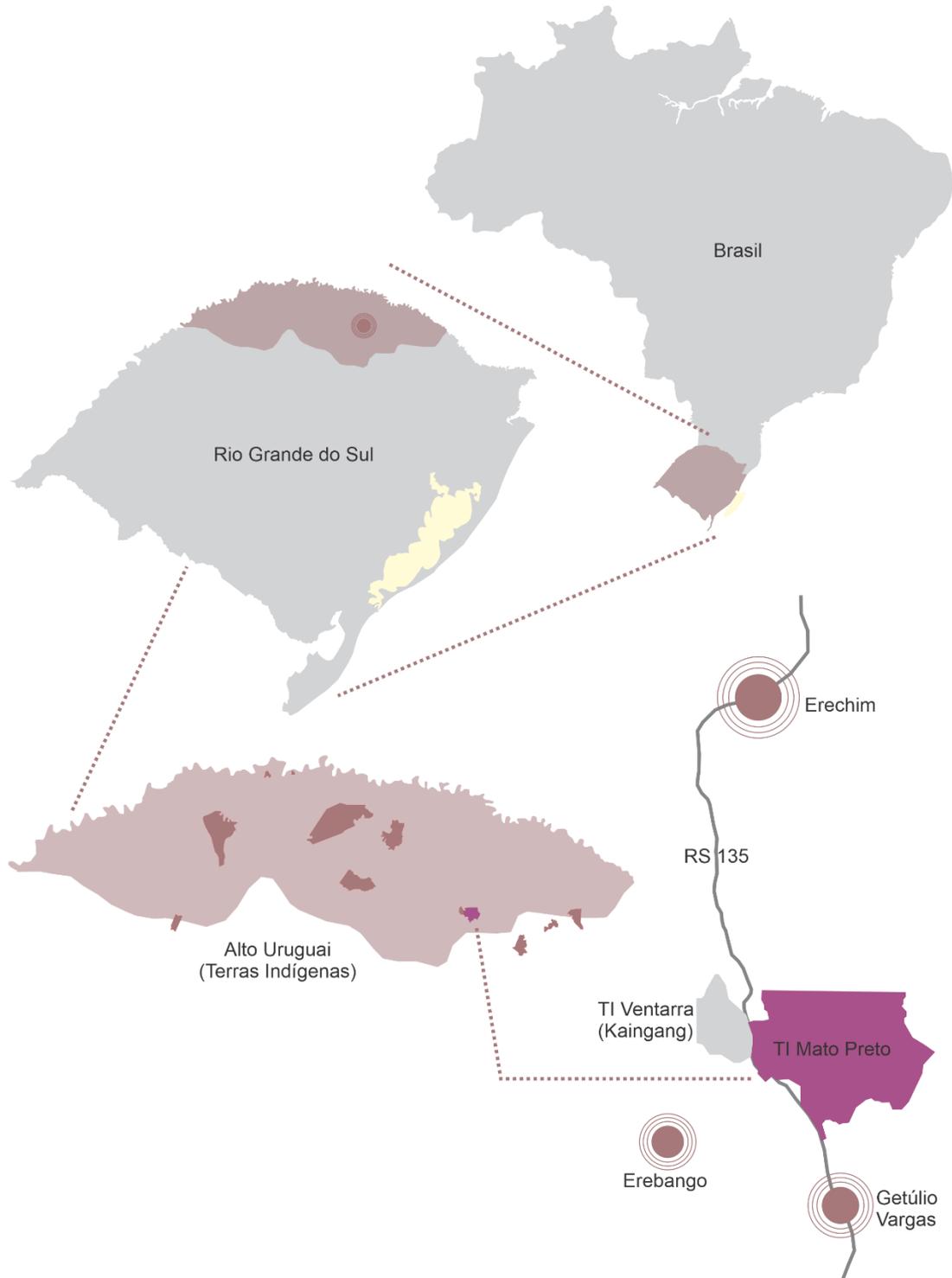
A Terra Indígena Mato Preto, com área de 4.230 hectares, localiza-se nos municípios de Getúlio Vargas, Erechim e Erebangó, noroeste do Rio Grande do Sul (RS). Já passou por processo de identificação e delimitação e encontra-se declarada pela FUNAI, contudo ainda não foi demarcada devido a um conflito judicial que levou à suspensão da

² De acordo com os interlocutores de Mello (2006) a função do cacique ou *mburuivitchá* é relativamente recente na maioria das aldeias Guarani, sendo que “uma aldeia em situação ideal não tem um *mburuivitchá* (cacique) porque não precisa lidar com demandas políticas externas, como acontece atualmente.” Dessa forma, a função do cacique é exclusivamente a interlocução com a sociedade envolvente, cargo geralmente ocupado por alguém jovem, que conheça bem o português, eleito pela aldeia.

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=stms4p3Uvmw>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

decisão, situação que envolve os moradores não-indígenas que vivem no local, mais de trezentas famílias de agricultores.

Figura 1 – Esquema de localização da Terra Indígena Mato Preto



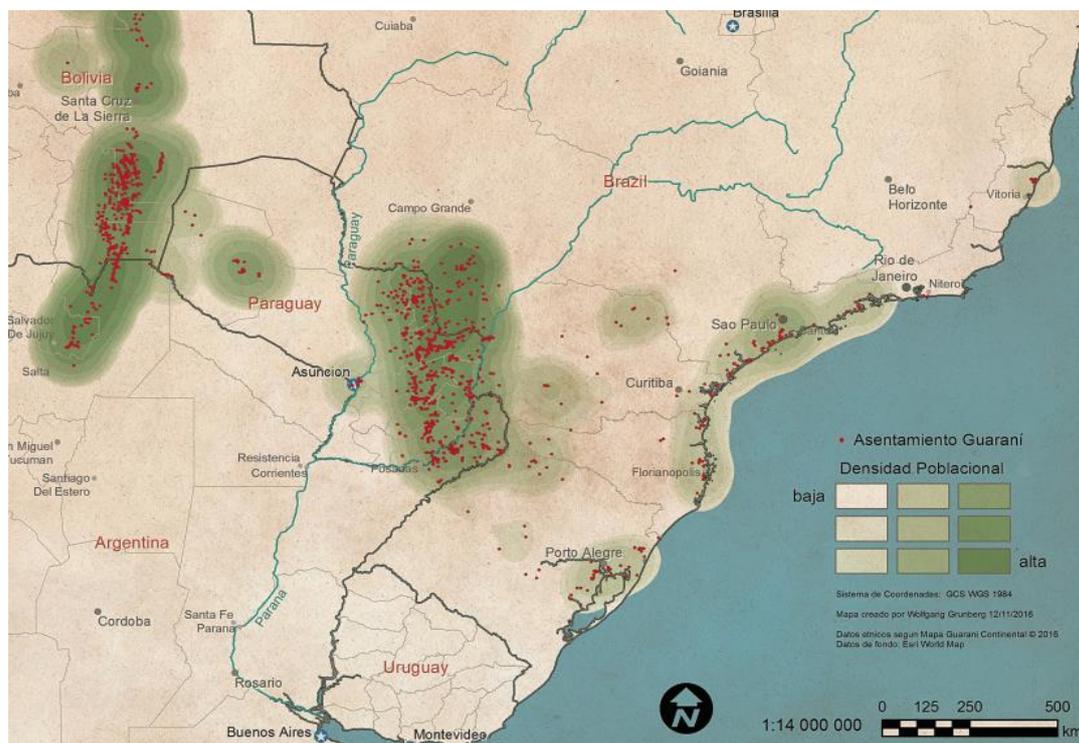
Fonte: a autora, 2019

Para compreensão do contexto atual, trago alguns elementos importantes do histórico de ocupação da área. A região do Alto Uruguai, na qual a TI fica localizada, é ocupada por populações humanas há milhares de anos:

Registros arqueológicos indicam que os ecossistemas do Alto Uruguai são ocupados e manejados por populações humanas há pelo menos 10.000 anos. Casas subterrâneas e túmulos circulares são vestígios associados aos antecedentes dos Kaingang que, com os Xokleng, compõe o grupo Jê-Meridionais. Estima-se que antecedentes dos Guarani tenham ingressado no Alto Uruguai há cerca de 2.000 anos atrás. Artefatos e vestígios da arte-cerâmica estão entre as marcas deixadas por estes grupos. (FREITAS, 2004)

Dentre os grupos que vivem, circulam e manejam historicamente a região, no caso dos Guarani, a área referida integra o seu território tradicional de ocupação que “(...) constituído desde antes do período pré-colonial abrange aproximadamente 1.200.000 km², situado entre a costa Atlântica e as bacias dos Rios Uruguai, Paraná e Paraguai, no eixo leste-oeste e o trópico de Capricórnio e o Rio da Prata, no eixo norte-sul.” (MELLO, 2006 apud LA SILVIA e BROCHADO, 1989). Esse território transnacional (abrangendo parte do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina) atualmente encontra-se dividido pelos limites dos Estados, impostos de forma arbitrária aos povos indígenas, como demonstra o mapa com a localização das comunidades Guarani entre os países latino-americanos que compõe seu território tradicional:

Figura 2 – Mapa Guarani Continental

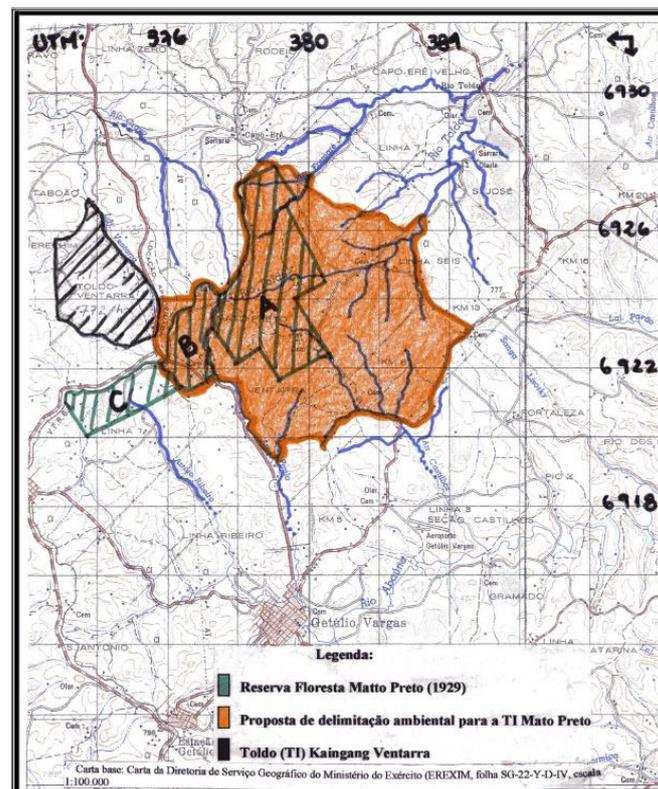


Fonte: Campaña Guarani, 2016

A partir do século XIX, as florestas da região do Alto Uruguai, que também se configuravam como refúgio para diversos grupos devido aos avanços do projeto colonial sobre seus territórios, “passam a sofrer impactos sistemáticos com a entrada de frentes de colonização” (FREITAS, 2004). Nesse sentido, a política de imigração adotada pelo Governo Imperial brasileiro incentivava o estabelecimento de imigrantes europeus na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, processo que se inicia com a Colônia de São Leopoldo em 1824 e que se estende para o noroeste do Rio Grande do Sul no final do século XIX, já no período republicano (RÜCKERT, 2013).

Ainda segundo Rückert (2013), a expansão de colônias para o noroeste do estado já era discutida desde a primeira metade do século XIX, contudo era preocupação das autoridades provinciais a presença de nativos na região e a precariedade de estradas. Nesse sentido, para a viabilização desse processo, foi estipulada através de um decreto em 1845 a criação de reservas florestais e aldeamentos, reduzindo a ocupação indígena a parcelas isoladas de terra e liberando o restante do território para a expansão do projeto de colonização. Com essa mesma intenção, é criada a Floresta Matto Preto em 1929, que foi dividida em três áreas, dentre as quais uma era destinada aos grupos Guarani que habitavam a região:

Figura 3: Mapa da Reserva Florestal Mato Preto



Fonte: Freitas, 2004

O “Polígono A” da Floresta Matto Preto protegia as nascentes do Arroio Castilhos e uma parcela do Rio Toldo, curso d’água cuja toponímia remete à ocupação indígena; o “Polígono C” cobria as nascentes do Arroio Ribeiro e, entre eles, ficava o “Polígono B”, com uma área de 223,8350ha e destinado aos “Índios Guarany”, fazendo divisa com o Arroio Paulo, a linha férrea, com o Toldo Kaingang Ventarra e com lotes coloniais (FREITAS, 2004).

No mapa, a área da Reserva Floresta Matto Preto corresponde aos polígonos A, B e C. De acordo com relatório ambiental realizado para o processo de demarcação do território, embora a área delimitada para os Guarani tenha sido reduzida ao polígono B com a criação da reserva em 1929, a ocupação de toda a área florestada pelos Guarani seguiu intensa até meados da década de 1960, quando o Estado expulsa as famílias do local para implantação do projeto de colonização rural:

Neste momento, o Governo do Estado estabeleceu sobre a terra indígena os lotes coloniais de números 43 a 53. O mesmo ocorreu com o Toldo Kaingang Ventarra e tantos outros. Alguns Guarani foram transferidos para o Toldo Cacique Doble, outros para o Aldeamento Nonohay, outros partiram em direção a outras aldeias, enquanto seu território era fragmentado e exaurido por um modelo de desenvolvimento responsável por enormes danos ambientais e sociais (FREITAS, 2004).

Este território, tradicionalmente ocupado, de onde as famílias Guarani foram expulsas, costumava ser o Tekoa Ka’atÿ, e é lembrado por Érica Ywa da Silva⁴, anciã da aldeia: “Aqui moravam minha tia, a família do João Maria, a família do Natalício. Quando o governo colonizou a área, vieram as famílias brancas e mudou tudo por aqui. As famílias Guarani tiveram que ir embora. Uns saíram por conta e quem se recusou foi expulso.” Érica se recorda também que antes deste acontecimento a área era uma grande mata.

Sobre o processo de criação das reservas, o cacique relata que os indígenas eram levados arbitrariamente para essas áreas, destacando o deslocamento forçado⁵ e também o problema ocasionado pela coabitação do território:

Iniciou a chamada Reserva de Cacique Doble na época que existia o SPI, que é o Serviço de Proteção ao Índio, que essa instituição criou essas reservas: Cacique Doble, Votouro, Nonoi. Para eles não importava se era Guarani, se era Kaingang... juntava tudo e levava. Então nessa época foi levado também os Guarani para Cacique Doble, Votouro, Nonoi. Mas no sentido assim de botar os indígenas tudo naquele lugar. Foi o que iniciou... liberar o restante pra colonizar (Cacique Joel Pereira Kuaray, 2021)

A partir de 2003, os Guarani que moravam na TI Cacique Doble, e que coabitavam a área com os Kaingang, decidiram iniciar um processo de retomada do território Guarani, antigo Tekoa Ka’atÿ. Cabe destacar que além da busca por um espaço

⁴ Mãe de Joel que possui aproximadamente 100 anos de idade.

⁵ São comuns relatos desse período que demonstram crimes transferenciais praticados pelo Estado, obrigando populações a se deslocarem. Essa violência visava garantir os interesses de colonização.

que contemple o *nhanderekó* (modo de vida Guarani), como um dos principais motivadores para essa decisão estão os conflitos que ocorriam na TI Cacique Doble, resultado dessa coabitação. Em relato presente na dissertação de Mello (2001), Ernesto Kuaray Pereira⁶ fala sobre essa situação:

E há quanto tempo o Guarani tá por aí e não tem uma terra. Nós falamo para dividir aqui, mas não adianta, eles falaram que tá tudo registrado no nome do Kaingang e que não adianta. E se nós falar para dividir aqui, eles levam para a cadeia. (...) Então vamo requerer, eu digo, a nossa terra mesmo. Se é demarcada pro Guarani, é pro Guarani. Isso aí vai acontecer não sei daqui a um ano, dois anos, né... não sei quando, mas vai (MELLO, 2001 apud Ernesto Kuaray Pereira).

De acordo com Mello (2006), dentre as aldeias do sul do país são raras as áreas demarcadas exclusivamente para os Guarani. Os conflitos que ocorrem em decorrência dessa coabitação do território são agravados devido ao fato de que “(...) os Jê (Kaingang e Xokleng) e os Guarani são antagonistas históricos em suas formas de ocupação de uma terra” (MELLO, 2006). Por praticamente todas as aldeias Guarani da região se situarem em território Kaingang, a TI Mato Preto “preenche uma lacuna importante na territorialidade Guarani do Alto Uruguai” (FREITAS, 2004).

Como os Guarani eram minoria, eram sempre comandados pelos Kaingang. Os Kaingang tinham que dizer o que os Guarani tinham que fazer lá, desde de fazer um roçado para plantar, desde tirar uma madeira de uma mata, precisava sempre de autorização dos Kaingang. (...) Aí nós criamos esse projeto de sair de lá, de achar um lugar que nós vivêssemos mais em liberdade, viver com a própria organização interna. (...) Conversamos com os líderes espirituais para onde que seria e os líderes espirituais indicaram o lugar (Cacique Joel Pereira Kuaray, 2021).

Nesse contexto, a ideia de se deslocar visando um lugar melhor vinha sendo considerada há um bom tempo pela comunidade. Joel conta que eles foram em busca do mapa que em 1929 reservava a área para os Guarani. Esse material foi bastante importante para a decisão que levou ao deslocamento da comunidade de Cacique Doble à Mato Preto. Neste processo, a figura de Eduardo Karai Guaçú, liderança espiritual do grupo, também foi determinante:

Eduardo Karai Guaçú reuniu sua grande família na *opý* e pediu a eles que tivessem coragem, pois havia chegado a hora da última *oguatá porã* que ele faria. Iniciou-se, pois uma *oguatá* que deslocou uma aldeia inteira. Iriam em busca de uma terra melhor. O destino era uma *tekoá* (aldeia) onde Eduardo Karai Guaçú havia morado na juventude, com a família de sua esposa, de onde foram expulsos. A decisão de partir de Cacique Doble vinha sendo cogitada há algum tempo. Algumas famílias já haviam abandonado a terra em direção a outras aldeias, mas a família extensa central (família anfitriã) resistia em torno da figura de Karai Guaçú, e em respeito à memória dos “antigos” que ali viveram e morreram (MELLO, 2006).

Dessa forma, o grupo composto por “sete famílias nucleares Guarani,

⁶ Líder espiritual da comunidade, já falecido.

unidas por laços de parentesco e afinidade, articuladas pela liderança política do cacique Joel Pereira e reconhecendo a liderança espiritual do velho Eduardo Martins” (FREITAS, 2004) deixaram a TI Cacique Doble em setembro de 2003 e se instalaram em um acampamento de retomada em Erebangó, RS. O local em questão fica em área de domínio público, junto a linha férrea da extinta RFFSA e às margens da RS 135. A comunidade, que almeja a demarcação de seu território, segue até os dias atuais em uma área de aproximadamente 30m x 300m situada em local correspondente ao polígono B da antiga Reserva Floresta Matto Preto, adjacente à ocupação inicial.

Quanto a situação judicial da terra indígena, após o início da ocupação foi iniciado um processo de demarcação onde a FUNAI criou um grupo técnico para conduzir os estudos sobre a área. A decisão, que em determinado momento foi favorável a demarcação, foi contestada por ação movida pelos agricultores que moram no local e acabou sendo suspensa. Cabe salientar que embora os envolvidos na decisão tenham alegado fatores como o marco temporal e a tradicionalidade da ocupação, a ação contou com uma série de alegações tentando deslegitimar inclusive o laudo técnico e o trabalho da antropóloga responsável pelo estudo.

A história indígena no Brasil marcada desde a invasão colonial por violência e expropriações, segue sendo perpetuada através de decisões e revistas na legislação que vão na contramão de políticas de reparação e negam a essas populações o reconhecimento de seu território tradicional.

2.2 MORADORES DO TEKOA: GUARANI MBYA E CHIRIPÁ

Se tratando de uma comunidade que afirma sua diferença entre horizontes culturais, composta por um grupo de pessoas que se identificam como Guarani Mbya ou Chiripá, esse tópico do trabalho tem como objetivo trazer aspectos do modo de ser Guarani. Compreender a maneira como se diferenciam culturalmente é importante para entender também sua relação com o território, com a arquitetura e as intenções que a comunidade possui para a aldeia:

Nhandereko é como nós, Guarani Mbya, chamamos o que o *jurua* chama de cultura. Mas *nhandereko* para nós é mais do que isso. É todo o nosso modo de ser, o nosso modo de viver, o jeito como nós educamos nossos filhos e nossas filhas, como enxergamos o mundo, como nos relacionamos com a nossa espiritualidade. É impossível para o *jurua* entender o que é o *nhandereko*, porque somente vivendo é que se compreende o que ele é. Mas nós queremos que *jurua kuery* aprendam mais sobre a nossa cultura – sobre o *nhandereko* - para que diminua o preconceito que

eles têm. Desde pequenos, na escola, na televisão, nos livros, os *jurua*s aprendem tudo errado sobre o índio. (Comissão Guarani *Yvyrupa*)

De acordo com dados do Mapa Guarani Continental (2016), a população Guarani nos países latino-americanos que compõe seu território tradicional – Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai - ultrapassa os 280.000, sendo que mais de 85.000 vivem no Brasil, configurando os Guarani como o povo indígena mais numeroso do país. Apesar de falantes de uma mesma língua, algumas características os diferenciam enquanto grupos. Essa diferenciação, como destaca Ladeira (1992), não é apenas “formalismo classificatório”, mas corresponde a aspectos utilizados na determinação entre si dos Guarani, principalmente relacionadas a questão linguística (especificidades de como falam o guarani) e sociocultural. Dessa forma, dentre os grupos Guarani que vivem no Brasil – Chiripá, Mbya, Kaiowa e Nhandeva – a comunidade do *Tekoa Arandu Vera* é constituída por pessoas que se identificam como Mbya ou Chiripá.

Como demonstra a pesquisa de Mello (2006), a partir da interlocução com moradores das aldeias do Sul, as alianças entre Mbya e Chiripá são frequentes, sejam elas na esfera política ou de parentesco, dessa forma é comum encontrar grupos familiares compostos por ambos. A autora destaca a coabitação histórica e o grande intercuro matrimonial como fatores que aproximaram muito os dois grupos, diluindo várias diferenças nesse contato.

Especialmente falando, os Guarani Mbya e Chiripá que vivem no Brasil se distribuem pelo litoral (desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul), se estendendo à oeste entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, contudo, como já mencionado, essa ocupação não se limita às fronteiras nacionais. O território tradicional Guarani consiste em um “amplo espaço geográfico e sociocsmológico” (PRINTES e BENITES, 2017) que é habitado por vários grupos Guarani há mais de 2.000 anos. Sobre esse território transnacional e a despeito dessa ocupação, foram impostos os limites dos Estados, arbitrários a essa organização:

Nossos anciãos nos ensinam que nosso povo sempre buscou a harmonia. *Nhanderu* (nosso Deus) fez a terra para todos viverem, sem cercas nem divisas. Quando o branco chegou colocou cerca em tudo. Agora temos que lutar pela homologação da nossa terra. (...) Sem ela nós não podemos viver nem ter nossa cultura, nosso modo de vida tradicional, que é fundamental para nós (Campanha Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos).

Os registros históricos “desde as primeiras incursões coloniais nos 1500 até a contemporaneidade, encontraram os Guarani em movimento” (PRINTES e BENITES, 2017) por esse território. Sejam as migrações Guarani motivadas pela “busca da terra sem

mal” ou impulsionadas por expropriações, guerras e conflitos territoriais, nesses constantes deslocamentos os Guarani vão se estabelecendo em aldeias, chamadas de *tekoa*.

O aspecto mítico desses deslocamentos foi amplamente relatado na literatura como a “busca pela serra sem mal.” De acordo com Mello (2001) algumas questões caminham para um consenso como a “concordância de que as migrações históricas Guarani tinham um forte substrato cosmológico, ou seja, apoiavam-se em fundamentos religiosos próprios da cultura Guarani.” Ainda de acordo com Mello (2001):

Segundo as leituras dos mitos Guarani, uma das maneiras de alcançar esta ascensão aos planos cósmicos divinos é atingir a *yvy mara ey*, a (terra sem mal), que está a leste, na terra de *Kuaray*, no além-mar e que pode ser atingida através de caminhadas que estruturam-se em moldes rituais específicos, de restrições alimentares, de conduta e são guiadas por lideranças que recebem as orientações divinas do caminho a ser seguido através dos sonhos. Porém, para superar o plano terrestre e atingir a *yvy mara ey*, também chamada de *yvy djú*, (terra da perfeição), é necessário que o grupo conduzido pela/o xamã que receberá dos deuses a revelação, tenha uma vida absolutamente dentro do *nhandérekó*, siga exatamente todas as regras rituais e de conduta estabelecidas pelos “antigos *opyguá*”, os antigos xamãs. Esta ascensão é concedida pelos deuses às pessoas que atingirem o estado de *aguidje* (perfeição), alcançado através de uma vida “harmoniosamente” dentro dos preceitos sagrados de conduta. Para atingir a condição primária e essencial para a realização deste conjunto de condutas que propiciam a ascensão do plano terrestre é necessário habitar uma *tekoá*, uma terra que permita a vida dentro do *nhandérekó* (“jeito de ser”, “sistema” Guarani) (MELLO, 2001).

Sobre os deslocamentos Guarani e a busca pela terra sem mal, Joel destaca que além dessa fundamentação religiosa que orientava os antigos Guarani a se deslocarem, uma das motivações para a migração e formação de uma nova aldeia, estava a percepção de esgotamento dos recursos daquele espaço e a necessidade de recuperação do mesmo:

Aquele sonho que falam que dentro do povo Guarani tem uma visão de “*yvy mara ey*”, uma terra sem males, né? Que é esse sonho que os antigos, os mais velhos têm de encontrar um lugar sagrado, um lugar que possa viver pra sempre, né? No passado as comunidades Guarani não tinham um espaço fixo. Até devido a isso, pelos não indígenas, muitas vezes somos chamados de nômades, aquelas pessoas que não paravam em lugar nenhum. Então devido a isso em muitos lugares existe isso de achar que para uma comunidade indígena Guarani não pode ser demarcada terra para ter um espaço porque os Guarani não param, os Guarani são índios nômades. (...) Porque não tinha como sobreviver só em um espaço. O que acontecia? As comunidades formavam uma aldeia em um espaço onde tinha recursos naturais: caça, pesca, frutas, o solo bom para o plantio, mas aí quando a comunidade começa a ver que aquele solo precisa se recuperar de novo, que o solo já está morrendo, já não existe mais caça, não está existindo mais peixe e frutas, quando a comunidade observa isso que precisa se recuperar de novo, eles deixavam aquele lugar e achavam outro. No sentido de recuperação daquele espaço natural que digamos, serviu de sobrevivência daquela comunidade. Então devido a isso as comunidades não ficavam fixamente em um lugar, devido a essa visão que os mais velhos começaram a ter, esse sonho. Então é um significado de ter esse sonho de encontrar um lugar sagrado pra que a comunidade possa ficar fixo ali, mas que tenha recursos naturais (Cacique Joel Pereira Kuaray, 2021).

A perspectiva de Joel a partir de uma visão de perpetuidade desse lugar sagrado, é também relatada em Ladeira (2015) que baseada na semântica da expressão (*yvy* = terra, *marãey* = que não acaba, não estraga, não adocece) sugere essa noção de uma terra onde nada tem fim, que é composta por elementos que não se esgotam. Fica evidente pela fala do cacique que tanto a cosmologia quanto a relação respeitosa com a natureza orientam as migrações Guarani e a busca de uma nova aldeia.

Sobre as aldeias onde os Guarani se estabeleciam, a semântica de *tekoa* “corre menos pelo lado da produção econômica que pelo lado do modo de produção de cultura.” (MELIÀ, 1990). De acordo com a literatura clássica, *teko* significa o modo de ser Guarani, enquanto *tekoa* “é o lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser Guarani” (MELIÀ, 1990). Esse significado é reiterado por Joel quando afirma que “sem *tekoa* não existe *teko*.”

A partir da invasão colonial, essa dinâmica de deslocamento e migrações se altera. Embora a permanência em uma área não corresponda à maneira como os Guarani habitam historicamente, a demarcação do território consiste em uma forma de garantir uma porção de terra desse espaço tradicional para a construção de seus *tekoa* e a produção de suas práticas culturais.

O discurso nativo das lideranças tem marcado que há que se reconhecer que o “mato está acabando”, o que impossibilita viver da mesma forma com que viviam os antigos Guarani. Portanto necessitam encontrar novas estratégias que permitam continuar vivendo minimamente dentro do *nhanderekó* (o modo de vida Guarani). Dentre essas estratégias estaria a necessidade de garantir algumas porções de terra, de conhecer a “lei dos brancos”, para obter a demarcação de suas terras e nelas estabelecer os *tekoa porã*, as aldeias boas, onde se possa praticar o *nhanderekó* (MELLO, 2006).

Dessa forma, a necessidade de demarcação do território para o povo Guarani não está vinculada a posse de terra, mas sim a garantia de um espaço com recursos naturais que proporcione viver dentro do modo de vida Guarani:

Os Guarani almejam viver nesse espaço em conformidade com as formas tradicionais de uso e relação com a terra, em que o importante é o *tekoa* em contraposição aos “títulos”, “propriedade”, enfim, possuir a terra. Eles almejam o direito de poder estar na terra como povo Guarani e vivendo a seu modo. O importante não é a relação jurídica que estabelecem com a terra, mas a relação vital, de espaço habitável, de *tekoa*, que é o lugar de seu ser e de seu estar na inter-relação de espaços econômicos, sociais, políticos e religiosos. A necessidade de demarcar terras não é do Guarani, mas é da concepção do Estado que, mais do que garantir, necessita reduzir os espaços ocupados pelos indígenas em pequenos “cercos de paz” (BRIGHENTI, 2010).

Nesse sentido, o Cacique Joel relata que a importância da demarcação da TI Mato Preto se dá não apenas para a subsistência da comunidade, mas também como possibilidade de preservação da cultura. Relata ainda que o *teko* (modo de ser Guarani) e a natureza são elementos indissociáveis, dessa forma um território que possua recursos naturais é fundamental para garantir a preservação do *nhanderekó*:

A importância do território para a comunidade é principalmente para a cultura, né? Para que se tenha possibilidade de se preservar a cultura. Trazendo a questão da natureza, por exemplo, a natureza faz parte da nossa cultura. Sem a natureza, sem a preservação da natureza a própria cultura morre. Então, nesse sentido, o território e o *teko* são duas coisas diferentes, mas o povo Guarani ou a cultura, ela precisa disso. Por exemplo, a natureza, a mata, as nascentes, rios, para se ter o *teko* precisa disso. Então trazendo nesse sentido a importância do território... pra você poder preservar, pra você poder fortalecer a cultura, necessita de território que tenha todos esses elementos. É claro que, como se diz, dentro da cultura a gente não vai voltar como no passado, viver como vivíamos no passado, mas o passado se faz presente no dia-a-dia nosso (Cacique Joel Kuaray Pereira, 2019).

A colocação de Joel quando fala que “a gente não vai voltar como no passado, viver como vivíamos no passado, mas o passado se faz presente no dia-a-dia nosso” reafirma a concepção de cultura como um elemento dinâmico. Dessa forma os dados históricos trazidos nesse tópico estão presentes na vida da comunidade, não de forma literal, mas estão vinculados de forma relativa aos seus anseios para a aldeia que sonham.

2.3 CONHECENDO A ESTRUTURA DA ALDEIA

Desde setembro de 2003, momento em que se iniciou o processo de retomada do território, a comunidade Guarani vinda da TI Cacique Doble vive em uma área que se sobrepõe ao polígono B da extinta Reserva Florestal Mato Preto. Em virtude do histórico de ocupação do local, atualmente a área delimitada como terra indígena é habitada por famílias de agricultores, que tem suas atividades produtivas direcionadas para a produção agrícola intensiva. Por esse motivo, a comunidade optou por se estabelecer em área de domínio público junto aos trilhos de trem desativados, evitando utilizar o espaço habitado pelos *djuruá*.

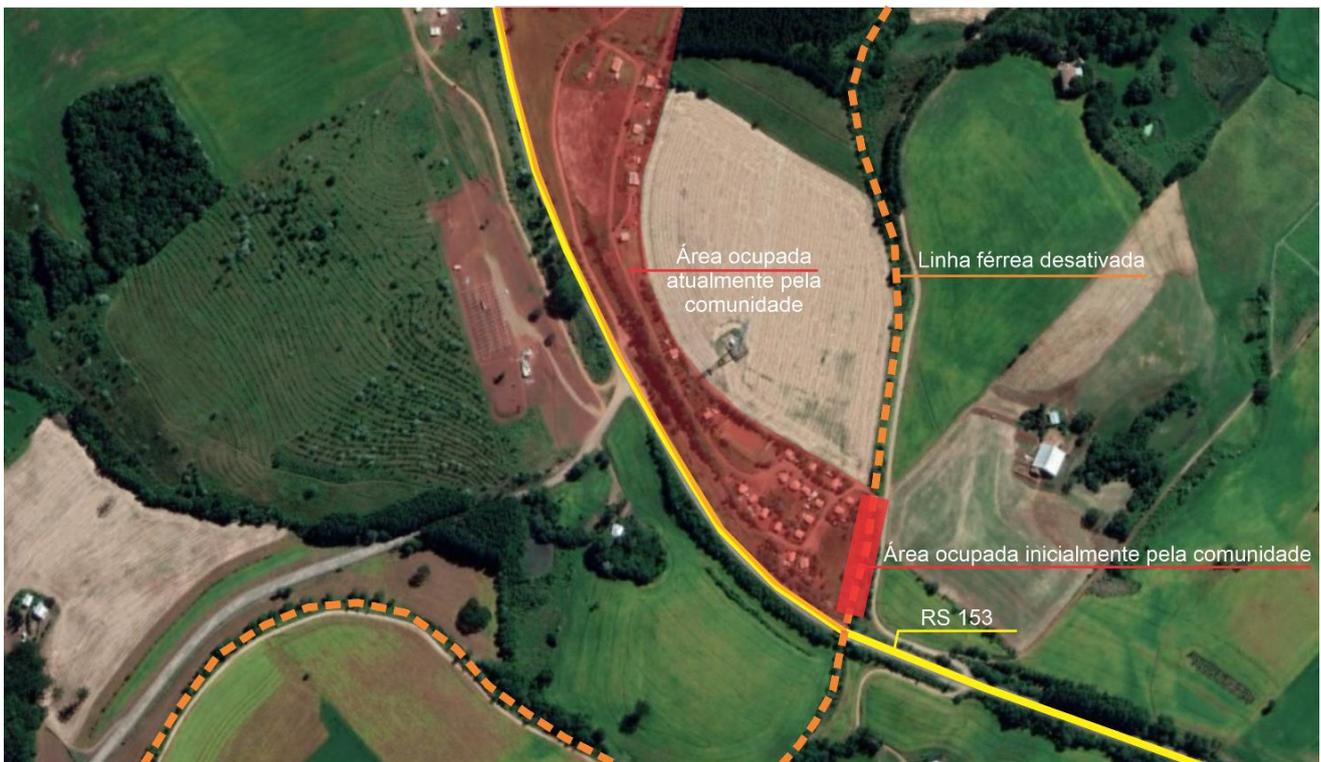
Joel conta que inicialmente a comunidade passou por um período de muita dificuldade, sendo que por mais de uma década ficaram nessa situação de acampamento, estabelecidos linearmente junto a ferrovia, em casas com material improvisado como lona, com acesso restrito a recursos naturais e nem mesmo acesso a água potável. Atualmente, após medida compensatória determinada pelo Ministério Público, a TSBE (Transmissora

Sul Brasileira de Energia) comprou uma área adjacente a ocupação e escriturou para a comunidade Guarani. Essa determinação ocorreu em virtude da passagem de uma linha de transmissão de energia através da área declarada. Além da aquisição da área, foram construídas casas de madeira para as famílias. Sobre esse processo, Joel relata:

Ficamos quatorze anos na área da linha férrea desativada, praticamente quatorze anos, mas nossas moradias era barraco, tinha de lona preta, nós não tinha água potável, então foi difícil durante os quatorze anos e aí depois que veio essa estrutura. A construção das casas também foi difícil porque aonde foi construído as casas não tinha um pé de árvore, era limpo, perto da rodovia (Cacique Joel Kuaray Pereira, 2021).

O esquema e as imagens que seguem ilustram a localização e a estrutura tanto da ocupação inicial quanto da área onde a comunidade está situada hoje. A área adquirida a partir da medida compensatória costumava ser área de plantação e possui cerca de 30m x 300m. As árvores que existem no local foram plantadas pelos moradores da aldeia:

Figura 4 - Esquema de localização das áreas



Fonte: a autora, 2021

Fotografia 3 - Configuração inicial da aldeia

Fonte: Nunes, 2009

Fotografia 4 – Imagem atual da aldeia

Fonte: a autora, 2021

Apesar da medida compensatória ter melhorado as condições de vida dos moradores do *tekoa*, a área limitada da aldeia restringe suas atividades culturais e produtivas, sendo a natureza elemento fundamental para sustentabilidade em termos de ocupação tradicional Guarani:

Por isso nessa visão nossa, espaço muito pequeno assim não ajudaria na questão cultural. Pra se viver isso, precisa de um espaço grande que tenha matos, que tenha rios, que tenha recursos naturais que é onde as famílias possam buscar, por exemplo... tem várias famílias que fazem artesanatos, então precisa ter recursos também pra buscar materiais pra fazer artesanato. Então é essa visão da aldeia sonhada: de ter recursos que as famílias possam sobreviver em cima delas sem precisar agredir a natureza (Cacique Joel Kuaray Pereira, 2021).

Para garantia dessas condições, a área identificada e delimitada através de Relatório Circunstanciado considera a integração de unidades ambientais mais conservadas aos limites da TI, correspondendo a 4.230 hectares. De acordo com a responsável pelo relatório ambiental da área, Ana Freitas (2004), a TI se encontra na abrangência do Bioma Mata Atlântica, com domínio ecológico da Floresta com Araucária e com pontos de interface com outras variações, se tratando de uma área bastante diversificada. Ainda de acordo com Ana, embora a área esteja sendo utilizada há décadas para agricultura intensiva, a mesma possui capacidade de regeneração, sendo que a comunidade do *tekoa* já sinalizou o desejo de reflorestar a área e recuperar suas nascentes.

Hoje na aldeia vivem 26 famílias, totalizando 96 pessoas, vindas em sua maioria de Cacique Doble e Nonoai. Residem em casas construídas a partir da medida compensatória. De acordo com Joel os moradores foram consultados sobre a construção das casas, dessa forma, a utilização da madeira como material construtivo foi uma preferência da comunidade.

Há também a presença de casas tradicionais, que Joel referenciou na conversa como “as casinhas Guarani” detalhando suas diferenças principalmente em relação aos materiais utilizados. Outro fator que fica bem evidenciado são suas dimensões, com pé-direito mais baixo e espaço reduzido em relação às demais habitações:

Fotografia 5 e 6 – Imagens aéreas da aldeia demonstrando as duas tipologias de habitação



Fonte: a autora, 2021

A presença das casas tradicionais⁷ sugere uma vontade de manter práticas diferentes das realizadas na casa proveniente da medida compensatória, bem como o domínio ainda existente da técnica construtiva que utiliza a madeira como material construtivo e o barro como elemento de vedação das paredes. Também sugere a forma de habitar como algo que não é homogêneo, o que reforça o olhar das políticas públicas para um cenário diverso que não pode estar atrelado a padrões.

A casa de Alcindo foi construída por ele com estrutura de madeira e revestimento em barro. Devido a escassez de recursos naturais, a cobertura foi feita com material alternativo utilizando o fibrocimento. Nota-se também o *pindó* presente no acesso de sua residência. As folhas da palmeira (*pindó*) são muito utilizadas pelos Guarani para a cobertura das casas e possuem um significado especial dentro de sua cosmologia. De acordo com Ladeira (2015) para os Mbya “a sua descoberta significa a excelência do lugar, onde o acesso a Nhanderu retã e a “comunicação” com Nhanderu é mais propício.” Além do valor simbólico, são totalmente aproveitadas sendo utilizadas como fontes de alimento, remédio, abrigo, artefatos e ainda para fazer fogo:

⁷ Utilizo o termo “casas tradicionais” apenas com o intuito de diferenciar as habitações construídas pelos Guarani em relação as casas construídas por meio da medida compensatória. A pesquisa não parte de uma visão da arquitetura indígena como sendo algo “supostamente tradicional.” Reconhece a cultura como algo dinâmico, considerando as novas necessidades a partir do contato intercultural e atentando para as perspectivas que orientam a comunidade.

Fotografia 7 e 8 – Imagens aproximadas da casa de Alcindo.



Fonte: a autora, 2021.

Além das residências, a aldeia conta com uma sala de aula, um espaço para eventos, um ponto de atendimento de saúde e um campo de futebol. Os edifícios de uso comum denotam uma vontade da comunidade de diferenciá-los em relação às residências, possuindo formato octogonal:

Figura 5 – espaços de uso comum da aldeia



Fonte: a autora, 2021

Em proximidade se situam o posto de saúde, onde são realizados os atendimentos da comunidade através da atuação de uma enfermeira na aldeia; o centro de eventos, onde acontecem encontros, eventos da comunidade e são recebidos os visitantes; a sala de aula com parquinho em anexo para recreação das crianças e o campo de futebol utilizado para entretenimento da comunidade e onde também acontecem torneios.

As atividades escolares ocorrem na aldeia de primeiro a sexto ano e são conduzidas por Joel que é professor bilingue. Após essa etapa, as crianças seguem os estudos em uma escola de Erebangó. Como ambiente educacional, foi adaptada uma das casas como sala de aula. Nas imagens as crianças aparecem fazendo uso desse espaço, enquanto realizam uma atividade de conjugação de verbo em guarani:

Fotografia 9 – espaço da sala de aula



Fonte: Joel Kuaray Pereira, 2021

Fotografia 10 – quadro com atividade em guarani

Dia 25 de outubro
Verbo nhembo'e - estudar

Kuee	aĩn	Ko'ẽra
Xee anhembo'e va'ekue	Xee anhembo'e	Xee anhembo'e ta
Nde'e renhembo'e va'ekue	Nde'e renhembo'e	Nde'e renhembo'e ta
Ha'e onhembo'e va'ekue	Ha'e onhembo'e	Ha'e onhembo'e ta
Nhande nhambo'e va'ekue	Nhande nhambo'e	Nhande nhambo'e ta
Nhande Kue'ry nhambo'e va'ekue	Nhande Kue'ry nhambo'e	Nhande Kue'ry nhambo'e ta
Ha'ekue'ry onhembo'e va'ekue	Ha'ekue'ry onhembo'e	Ha'ekue'ry onhembo'e ta

Fonte: Joel Kuaray Pereira, 2021

Em relação as atividades produtivas que ocorrem no espaço da aldeia, a área ínfima que vem sendo ocupada pela comunidade é um grave limitante à reprodução física e cultural do *tekoa*. De acordo com resumo do relatório de identificação e delimitação da TI, publicado no Diário Oficial da União (2009):

As atividades produtivas exercidas nessa área, apesar das limitações trazidas pela conjuntura descrita, que gera grande escassez de recursos, reproduzem o modelo tradicional de produção de uma aldeia Guarani, que é baseado na prática agrícola (*temitj*), complementada pela coleta, caça e pesca. (DOU, 2009)

As atividades como cultivo, artesanato e coleta ficam limitadas ao espaço físico da aldeia. As famílias possuem hortas, pomares e a comunidade planta coletivamente algumas espécies. Contudo, para sua subsistência, algumas famílias dependem de auxílio econômico, da venda de artesanato na cidade e do trabalho assalariado fora da aldeia. Além da área ser bastante limitada em termos de espaço físico e disposição de recursos naturais, destaca-se a proximidade da aldeia à RS 153, estando essa bastante exposta em relação a visibilidade e ruídos a partir da via.

Através das diferenças demonstradas entre a fase de acampamento e a aldeia atual, pode ser evidenciada uma melhora em termos de estrutura e qualidade de vida da comunidade. Porém essa realidade se distancia muito da aldeia sonhada, devido a

escassez de recursos naturais e condições da área que implicam em sérias limitações de suas práticas culturais e sobrevivência física.

Em um panorama geral, a situação territorial que vivem os Guarani no Brasil é dramática. No Sul e Sudeste 80% das terras Guarani (cerca de 97 áreas) não foram regularizadas ou encontram-se com pendências:

Ao lado da omissão no cumprimento constitucional de regularização fundiária de suas terras, os principais entraves para a garantia dos direitos territoriais do povo Guarani são: os conflitos com particulares que disputam seus territórios; o confinamento em áreas insuficientes para a sua reprodução física e cultural; os impactos causados por empreendimentos públicos ou privados; e a sobreposição de unidades de conservação federal e estadual ao seu território. As disputas envolvendo as terras Guarani e a incapacidade do governo em garantir as demarcações geram uma situação de insegurança que ameaça a sustentabilidade física e cultural desse povo e o coloca em situação de extrema vulnerabilidade (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2009).

O confinamento em territórios cada vez menores implica não só nas práticas culturais Guarani mas também na impossibilidade de sua subsistência por meio de suas atividades tradicionais como agricultura, caça, pesca e coleta. Nesse sentido, a demarcação de território é urgente também para que se possa garantir a soberania alimentar, o acesso básico a produção de alimentos em seus territórios.

3. DELINEAR DA PESQUISA

Parto da minha trajetória na arquitetura para demonstrar os caminhos que me levaram até à pesquisa de mestrado. Ao longo do curso somos instigados a intervir no espaço. Verificar condicionantes como topografia, clima e entorno, diagnosticar problemas, propor soluções visando o usuário daquele espaço construído, conciliando estética e funcionalidade. A cada semestre, com uma ênfase diferente (materiais, estrutura, urbanismo, etc.), um conjunto de disciplinas embasa o projeto, que é produto final do período, bem como nossa ferramenta de trabalho para materializar e transpor ideias.

No decorrer da graduação, vamos apurando o olhar para as potencialidades dos espaços, vislumbrando suas possibilidades. Às vésperas do final do curso, nos aproximando do trabalho final de graduação (TFG), somos convidados a definir um tema de projeto e um recorte de atuação. Nesse momento a escolha geralmente se vincula a um conteúdo que tenhamos afinidade, a uma realidade que tenha nos sensibilizado e que preferencialmente possibilite uma contribuição social. Esse foi o momento em que me aproximei da temática e que me levou até a pesquisa de mestrado.

A Terra Indígena Nonoai (RS) era caminho entre meu município de origem (Frederico Westphalen, RS) e o município onde cursava a graduação (Erechim, RS). Foram incontáveis às vezes, ao longo de cinco anos, que passei por aquele território. Em comum entre essas oportunidades estava a percepção sobre aquele espaço, que não se diferenciava tanto em relação a configuração de vilas rurais, exceto pela precariedade dos serviços (paradas de ônibus, coleta de resíduos), da infraestrutura (mau estado de conservação da via, sem circulação própria para pedestres) e das moradias (utilização até mesmo de locais abandonados como abrigo).

Foi involuntário imaginar aquele mesmo trecho com paradas de ônibus estruturadas para receber o grande volume de bagagem que as pessoas precisavam levar, imaginar pontos de artesanato onde as pessoas pudessem vender seu material sem se expor tanto à rodovia, imaginar uma via para pedestres onde os moradores pudessem circular resguardados do fluxo da RS, imaginar o que as pessoas que moravam ali idealizam como habitação, e como isso se diferenciava daquela realidade posta.

Em um trecho de mata mais denso, em um clarão, ficava o Tekoa Ka'aguy Poty (Aldeia Flor da Mata). Um pequeno núcleo Mbya Guarani em meio a TI Nonoai, terra indígena Kaingang. Dessa forma, além de pensar em diretrizes de mobilidade entre as aldeias, o projeto de conclusão de curso também pensava em demandas de ambientes

trazidas pela comunidade da aldeia Flor da Mata no evento “O Grito da Floresta”, ocorrido em 2014 no *tekoa*. O evento reunia lideranças indígenas do Rio Grande do Sul e discutia a sustentabilidade das aldeias. Para além desse contato, foi realizada visita posterior a aldeia onde os moradores aprofundaram suas demandas para a área.

O exercício projetual culminou em espaços divididos basicamente em dois núcleos. Um mais vinculado aos visitantes não-indígenas, por isso mais próximo da via, e um mais relacionado as atividades internas da comunidade mais próximo ao núcleo principal da aldeia. Trazia espaços com fogo de chão, escola, refeitório, ponto de venda de artesanato, entre outros mencionados no diálogo.

Os materiais construtivos foram pensados se aproximando da cultura material da comunidade. As edificações em madeira, que abrigam as atividades levantadas em diálogo, se abrem para um pátio coletivo que é o ponto central do projeto. A cobertura em taquara abriga um espaço com fogo de chão e a água coletada da cobertura forma um espelho da água que vai em direção a leste onde há um *pindó*, remetendo a busca pela terra sem males. Na imagem segue volumetria da proposta onde os espaços fechados se abrem para essa área coletiva coberta.

Figura 6 e 7: volumetria e planta da proposta de TFG – núcleo da comunidade



Fonte: a autora, 2015

Cabe frisar que embora o projeto tenha sido pautado em demandas reais e que atente para usos específicos da comunidade, ele consiste apenas em um exercício projetual. Na busca por entender como esse processo acontece na prática, ficou bastante nítido (pela pesquisa bibliográfica, pelos estudos de caso de intervenções arquitetônicas em comunidade indígenas e principalmente pela fala das lideranças indígenas) que as políticas públicas, em sua grande maioria, são extensões de programas já existentes ou que nem sempre há um processo participativo com a comunidade em que se inserem:

A política do branco é diferente. Para nós Guarani, os projetos têm que ser pensados pelo povo Guarani. Tem que sentar juntos e se preocupar juntos. De parte de nós Guarani, a maior preocupação é a terra. Por isso, os Guarani estão lutando pela terra. (...) Porque, se não planeja junto com a comunidade, a comunidade diz: não é isso que nós queria. Aí, o que se faz fica tudo perdido (...) (SCHWINGEL, 2002, p.18)

Dessa forma, já era uma preocupação do trabalho final de graduação a forma como as edificações eram levadas para as aldeias e já havia uma sinalização que apontava para os processos participativos de projetos. Através de pesquisas recentes pode ser observado que a temática específica da arquitetura em comunidades indígenas é escassa de referências. Nesse sentido, a pesquisa tem o objetivo de avançar com contribuições nessa área.

3.1 HISTÓRIA DA ARQUITETURA

De acordo com Rita Segato (2007), afirmar a diferença entre horizontes culturais pode ser entendida "(...) no con referencia a contenidos substantivos en términos de "costumbres" supuestamente tradicionales, cristalizadas, inmóviles e impasibles frente al devenir histórico, sino como diferencia de meta y perspectiva por parte de una comunidad o un Pueblo."

Partindo desse entendimento sobre cultura, do mesmo modo ao falar da arquitetura nas aldeias contemporâneas, não se trata de presumir a presença de construções supostamente tradicionais, ou formas de organização espaciais imóveis ao longo do tempo. Se trata sim, de reconhecer uma diferença de perspectiva que orienta a forma de habitar e as expectativas sobre esse espaço.

Nesse contexto, trago alguns dados históricos sobre as construções Guarani e a configuração dos *tekoa* presentes na literatura, com o intuito de contextualizar as intenções da comunidade, visto que estão vinculadas a essa trajetória histórica. Em diálogo com o Cacique Joel e presente também na sua idealização de aldeia, ele fala dessa arquitetura como uma "estrutura cultural" que se diferencia da arquitetura que ele chama de "estrutura vinda dos não-indígenas."

Descrevo traços da arquitetura Guarani também com o intuito de valorizar os saberes e técnicas construtivas de uma atividade fortemente integrada ao meio natural, à cosmologia Guarani e orientada a partir de suas práticas. Partindo também de uma reflexão sobre a história da arquitetura que se refere a poucas e seletas culturas e onde a

ênfase está no trabalho do arquiteto considerado individualmente, e não na atividade espontânea e contínua de um povo:

La historia de la arquitectura, tal como há sido escrita y enseñada en el mundo occidental, no se há referido más que a unas pocas e selectas culturas. Em términos de espacio, abarca una pequeña parte del globo terráqueo: Europa, algunas zonas de Egipto y de Anatolia, es decir, apenas un poco más de lo conocido en el siglo II d.J.C. Además, se há ocupado solamente de las últimas fases de su evolución. Al omitir las primeras cincuenta centurias, los cronistas nos presentan un cuadro acabado de la arquitectura “formal”, tan arbitrario, para una introducción al arte de la edificación, como sería ubicar el nacimiento del arte musical a partir del advenimiento de la orquesta sinfónica (...) Equivale a poco más que un “quién es quién” de los arquitectos que celebraron el poder y la riqueza; a una antología de edificios de, por y para los privilegiados – las casas de los verdaderos y de los falsos dioses, de principes del comércio y principes de la sangre – sin alusión alguna a las casas de Pueblo (RUDOFISKY, 1973).

No livro “Arquitectura sin arquitectos”, a partir desse cenário, Bruno Rudofsky apresenta exemplos dessa arquitetura que por momentos chama de vernácula, anônima, espontânea, indígena, rural, de acordo com os casos. Destaca a maneira como ela se relaciona com a natureza, se adaptando ao clima e a topografia:

Los constructores sin escuela, en distintos lugares y tiempos, los protagonistas de esta demostración, muestran un admirable talento para ubicar sus edificios en el medio natural. En lugar de tratar de “conquistar” la naturaleza como lo hacemos nosotros, se adaptan al clima y aceptan el desafío de la topografía (RUDOFISKY, 1973).

Essa tendência de prestigiar e ressaltar a arquitetura feita pelos arquitetos e através do olhar das classes dominantes pode ser percebida também em outras escalas, como no urbanismo:

Nota-se ainda que o historicismo, de maneira geral, é empático com a classe dominante, produzindo a sua versão dos fatos históricos, homenageando os poderosos e colocando-os como os herdeiros da história passada. Essa estratégia de contar a história se manifesta também na arquitetura e no urbanismo, em diversas escalas, desde a identificação de ruas e escolas com nomes de ditadores e colonizadores, como pela presença de monumentos que legitimam e prestigiam essas pessoas e seus olhares sobre os acontecimentos históricos (DILL; WIESE, 2021)

Essa tendência também se estende ao ensino da arquitetura, onde via de regra, a arquitetura como atividade de um povo é pouco abordada ou muitas vezes inexistente na formação do arquiteto. Em tempos onde a nossa forma de construir é pautada em soluções padronizadas, que visam a otimização de recursos e a produção em larga escala, a contribuição dessa arquitetura nos sensibiliza para a busca por soluções que se relacionem melhor com o espaço em termos de recursos disponíveis, topografia e práticas culturais.

3.1.1 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E ARQUITETURA GUARANI

De acordo com Melià (1990) há “um “horizonte” de terra guarani, específico e constante, fora do qual será difícil que se achem os guarani.” Isso porque estabelecem seus *tekoa* a partir de parâmetros ambientais relativos ao clima, topografia e vegetação. Ainda de acordo com Melià (1990), os *tekoa* são formados por três espaços indissociáveis: a aldeia propriamente dita onde estão as casas, a roça (espaço cultivável) que circunda a aldeia e a mata (utilizada para caça, pesca e coleta).

A organização espacial dos *tekoa* não possui uma forma geométrica definida. Sendo que as habitações se estabelecem a partir de núcleos dispersos, conectados através de caminhos e que seguem uma organização social orientada por afinidade e parentesco. Uma das condicionantes que também é determinante na implantação das casas da aldeia, de acordo com Prudente (2017), é a sua localização em relação ao cultivo, sendo voltadas para viabilização da produção e seu manuseio.

Sobre as casas Guarani que compõe o espaço da aldeia, partindo de uma concepção do arquiteto Amos Rapoport (1972) referente as habitações de distintos povos, as mesmas podem ser compreendidas como um fenômeno cultural que respondem a fatores sociais, culturais, rituais, econômicos e físicos:

Las diferentes formas adoptadas por la vivienda son um complejo fenomeno para el que no bastará una explicación única. Todas las explicaciones posibles, no obstante, son variaciones de un solo tema: pueblos con distintos ideales y actitudes responden a varios ambientes físicos. Estas respuestas varían de un sitio a otro debido a los cambios y las diferencias en el juego de los factores sociales, culturales, rituales, económicos y físicos. (...) La casa no es tan sólo una estructura, sino una institución creada para um complejo grupo de fines. Porque la construcción de uma casa es um fenómeno cultural, su forma y su organización están muy influenciadas por el “milieu” cultural al que pertenece (RAPOPORT, 1972)

Nesse sentido, são poucos os estudos específicos sobre a arquitetura indígena, sendo que a grande maioria das informações, segundo Zanin (2006), são fornecidas por meio “dos registros do início da colonização, e atualmente pela arqueologia e antropologia.” Destaco alguns pontos trazidos pela arquiteta sobre as construções Mbya Guarani, visto que possui uma abrangente pesquisa sobre as habitações Guarani do Rio Grande do Sul.

De acordo com Zanin (2006) as casas possuem dimensões que variam entre 12m² a 24 m² dependendo do tamanho da família nuclear⁸, uma escala bastante reduzida em relação aos padrões de construção ocidentais. Possuem uma configuração retangular e são cobertas por um telhado de duas águas com beirais que quase tocam o solo. São constituídas de um ambiente único utilizado como abrigo noturno e proteção contra intempéries, sendo que as atividades diárias geralmente ocorrem no pátio e demais ambientes do *tekoa*. A casa possui um pé-direito de cerca de 2m a partir da cumeeira. A arquiteta destaca também a forma como é construída a habitação (sem escadas, ou andaimes) como um fator que contribui para a altura mais baixa da edificação.

A única abertura ao exterior é a porta de acesso, que possui uma dimensão reduzida. Segundo os entrevistados de Zanin (2006) atribuem essa dimensão a uma questão cultural: “a porta deve ser menor que a pessoa, que deve se curvar ao entrar na edificação” e também para impedir a entrada de elementos indesejáveis. Ainda sobre a porta de acesso, no que tange a sua orientação, de acordo com Prudente (2017):

É através da porta da frente da casa, a única abertura existente, que a casa se relaciona diretamente com o sol. Essa porta deve estar posicionada para a orientação Oeste. Assim, a casa recebe o olhar de *Nhamandú* por trás, ao amanhecer (orientação Leste), iluminando a parede dos fundos, e, no final do dia, essa divindade entra na casa pela porta da frente (orientação Oeste). Para eles, são três as orientações solares, nas quais moram outras três divindades, além do sol: (i) *Karai* a Leste, (ii) *Tupã* a Oeste) e (iii) *Jakairá* no zênite. Desta forma, o percurso do sol (*Nhamandú*), inicia pela morada de *Karai* ao Leste, passando pela morada de *Jakairá* no zênite, e termina na morada de *Tupã* a Oeste (PRUDENTE, 2017).

O fogo também é um elemento imprescindível, sempre presente na arquitetura Guarani, permanecendo aceso tanto no inverno como no verão. Nas casas cobertas com materiais orgânicos, a fumaça é escoada através da cobertura. Dentre as funções do fogo estão o preparo dos alimentos, a confecção do artesanato, o condicionamento climático à medida que aquece o ambiente e diminui a umidade. Nesse sentido, no âmbito do conforto térmico, a casa fica mais fresca no verão e mais aquecida no inverno.

Quanto aos materiais construtivos utilizados para as habitações, a estrutura da casa é feita em madeira. Dentre as espécies preferidas estão o cedro e o loro. Já a

⁸ De acordo com Carrinho (2010) os relatos históricos somados aos estudos arqueológicos demonstram que houveram modificações no padrão construtivo das habitações tradicionais Guarani. Nesse sentido, ao invés de dimensões reduzidas abrigando a família nuclear (pai, mãe, filhos), as primeiras referências históricas apontam para habitações bem maiores que abrigavam toda a família extensa. Ainda de acordo com a autora, essa mudança “é decorrente das modificações contextuais, do contínuo contato intercultural, a ocasionar trocas, mudanças e inovações na tecnologia construtiva.”

vedação das paredes varia bastante dependendo principalmente da disponibilidade de material: pode ser utilizada tramas de taquara, troncos finos de madeira, troncos de *pindó* cortados em tábuas e até mesmo xaxim. Geralmente são revestidas com barro, contribuindo para o conforto térmico do ambiente. As amarrações são feitas em cipó e a cobertura geralmente de taquara ou capim, o que se adapta muito bem a prática do fogo de chão.

Nas imagens abaixo, seguem exemplos de casas tradicionais presentes em dois *tekoa* localizados no Rio Grande do Sul, com a intenção de materializar esses aspectos relatados. No primeiro caso, no Tekoa Pindoty, município de Camaquã (ZANIN, 2006) pode ser observado o revestimento em barro e a forma como as habitações se mimetizam na paisagem demonstrando a forte harmonia entre o material disponível e o seu uso nas construções. Destaca-se também que as edificações em terra possuem um bom desempenho térmico, contribuindo para uma temperatura mais estável dentro do ambiente.

Na segunda imagem, no Tekoa Nhüu Porã, município de Maquiné (PRUDENTE, 2017), percebe-se uma mesma tipologia de casa, porém com a utilização de um material de vedação diferente nas paredes laterais. A utilização de xaxim (uma espécie de samambaia) ocorre nesse caso pela disponibilidade desse recurso material, sendo que essa solução de revestimento se diferencia das demais comunidades do Rio Grande do Sul. Prudente (2017) destaca que a utilização de xaxim nas casas também ocorre nos *tekoa* na província de Misiones (Argentina) de onde vieram algumas famílias que vivem no Tekoa Nhüu Porã.

Fotografia 11: casas Tekoa Pindoty



Fonte: Zanin (2006)

Fotografia 12: casas Tekoa Nhüu Porã



Fonte: Prudente (2017)

Para além das habitações, ocupando uma centralidade quanto a sua relevância social e simbólica, está a *Opy* (casa de rezas Guarani). A *Opy* é geralmente a maior construção em termos de dimensão encontrada na aldeia, porém não se diferencia muito no que tange ao padrão formal e construtivo em relação as habitações:

O padrão construtivo da *Opy* é tradicional, sendo produzido em várias comunidades: as paredes são de taipa de mão e o teto é de taquara ou capim santa fé. A forma da planta é retangular e a porta está voltada ao sol poente. A imagem da *Opy*, para os Mbya, está relacionada a força e proteção. Esta edificação tradicionalmente deve receber uma cerca baixa de aproximadamente um metro, feita com toras de arvores, que responde a uma necessidade mítico-religiosa de proteção (ZANIN, 2006).

A edificação possui um caráter sagrado e se abre para um pátio central onde são realizadas atividades religiosas e sociais, concentrando grande parte dos membros da comunidade durante os rituais. Sobre a sua localização, Carrinho (2010) ainda relata que o pajé e os anciãos da aldeia são consultados sobre o local mais favorável para essa edificação.

Nesse sentido, Joel relata que o Tekoa Arandu Vera não conta hoje com uma casa de rezas devido ao fato de não haver espaço físico e recursos naturais para a sua construção. Contudo, é uma vontade da comunidade que essa estrutura esteja presente, mediante condições adequadas. Sua presença é sinalizada tanto na idealização do cacique para o espaço da aldeia, como também no desenho das crianças, da mesma forma que as habitações Guarani também estão.

3.2 ARQUITETURA, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sobre as aldeias Mbya Guarani do Rio Grande do Sul, de acordo com Zanin (2005) “devido a degradação ambiental, algumas terras indígenas não apresentam os recursos necessários à construção, artesanato e nem mesmo ao cultivo. Portanto em algumas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, as casas precisam ser viabilizadas por meio de programas de habitação.”

Esse dado se repete em Prudente (2017) que relata que apenas as duas comunidades listadas no tópico anterior, Tekoa Pindoty e Tekoa Nhüu Porã, não acessam construções através de políticas públicas. Seja pela escassez de recursos naturais, ou por novas atividades geradas a partir do contato com a sociedade envolvente, o fato de praticamente todas as aldeias acessarem políticas públicas para suprir suas demandas construtivas reforça a necessidade de discutir os processos que levam essas edificações

para as aldeias:

As intervenções arquitetônicas visam suprir necessidades construtivas e são decorrentes de diferentes fatores. O primeiro a considerar é a situação de algumas terras destinadas às populações indígenas ou por elas ocupadas, que devido a exploração intensiva decorrente da ocupação do território nacional iniciada no processo de colonização, não apresentam os recursos necessários à construção, ao artesanato ou as atividades básicas de subsistência. Somado a isso, o contato com a sociedade nacional e a busca pelo respeito aos direitos constitucionais de saúde, educação, moradia, entre outros, gera novas atividades dentro das aldeias, com a necessidade de serem construídos postos de saúde, escolas, instalações sanitárias, infraestrutura de tratamento e abastecimento de água, distribuição de energia, etc. (ZANIN, 2018).

Outro dado apresentado na pesquisa de Prudente (2017) demonstra que equipamentos como postos de saúde, que foram instalados praticamente em todas as comunidades, tratam-se de “construções padrões utilizadas em diferentes comunidades do país, indígena ou não-indígena” e que se afastam da cultura material desses grupos. De acordo com Zanin (2018) essa é uma tendência historicamente recorrente no Brasil:

No Brasil, são historicamente recorrentes intervenções arquitetônicas que desconsideram a cultura e modo da vida das populações indígenas, interferem em suas formas de organização social e ambiental e acabam prejudicando suas atividades cotidianas. As intervenções arquitetônicas e de infraestrutura também podem alterar o modo de vida da comunidade, interferir nas relações sociais e políticas, nas suas configurações espaciais e aumentar a dependência da sociedade envolvente (ZANIN, 2018).

Nesse sentido, o autor Sílvio Coelho dos Santos (1975) retrata a realidade brasileira na década de 70, paralela à atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), onde o órgão objetivava integrar os indígenas a sociedade nacional, além de utilizar sua mão-de-obra em colônias agrícolas. Dessa forma, a arquitetura era utilizada como um mecanismo de controle à medida que novas habitações foram alocadas como estratégia para controlar as atividades dos indígenas pelo agente do posto. Além disso, buscava-se também a otimização de infraestrutura e a facilitação da logística através de uma disposição espacial mais próxima e linear, que se distanciava do modo de produção do espaço dos indígenas.

O direcionamento para uma perspectiva de preservação da cultura indígena, no âmbito da legislação, ocorre através da Constituição de 1988 que além de modificar o entendimento sobre a não transitoriedade de sua cultura, garante direitos que antes não eram previstos, como o direito as terras que tradicionalmente ocupavam. Mesmo através dessa determinação, os territórios encontram-se em diferentes níveis dentro desse processo e esse direito continua sendo negado a muitas populações. Na prática, as falas das lideranças indígenas apontam para uma falta de diálogo entre as políticas públicas e as comunidades, o que não contribui para a garantia de seu direito de se diferenciar culturalmente:

Fazendo um exemplo das escolas que são construídas, na verdade não existe uma política pública que atenda realmente a demanda das comunidades. Para construir uma escola por exemplo, se o governo federal, até mesmo do estado, tivesse uma política pública voltada pra atender a necessidade, para a construção de uma escola, teria que sentar com a comunidade. Se pra comunidade a escola daquele padrão tá bom ou a comunidade precisa diferente, mas isso não acontece... teria que ter. Atende na verdade um público alvo diferenciado, que não é o mesmo público que atende fora da aldeia não indígena, que atenda as atividades específicas (Cacique Joel Pereira Kuaray, 2021).

Visando otimizar tempo e recursos, a maioria das demandas construtivas da população em geral são “atendidas” através de projetos padrão que são replicados em território nacional. Dessa forma, não atentam para as diferenças climáticas, topográficas, sociais e **culturais**, o que acaba não contribuindo para o conforto ambiental e a efetiva apropriação dos espaços. Além disso, possuem caráter homogeneizador, à medida que ocasionam mudanças nas dinâmicas de quem utiliza o espaço. O impacto dessas estruturas é ainda mais extremo em relação a comunidades que afirmam suas diferenças entre horizontes culturais:

(...) la “mejora” tuvo, en realidad, consecuencias más ben negativas, debido a la complejidad de la relación entre la cultura, el comportamiento humano y el entorno construído (...). De este modo, las mejoras más “benévolas” y bienintencionadas pueden resultar a veces más peligrosas para el grupo que unos cambios aparentemente mucho más malignos y destructivos. (RAPOPORT, 2003)

Nesse sentido, o arquiteto Amos Rapoport, através de sua bibliografia, estreita o diálogo com a antropologia e contribui sobre essa relação entre cultura e arquitetura. Para ele a satisfação do arquiteto deve ser proveniente da identificação e solução de problemas e o objetivo do desenho deve ser o de criar entornos que se ajustem a necessidades dos usuários, seus desejos e suas atividades:

Entonces, el objetivo del diseño sería crear entornos y componentes que se ajustasen a las necesidades de los usuarios, es decir, crear los ambientes y su “relleno” para que presten apoyo a los usuarios, sus deseos, actividades, etc. De este modo, yo considero que el diseño es algo orientado hacia el usuario, y los diseñadores actúan como agentes de los usuarios. Eso significa que los productos de tal diseño (edificios y otros entornos físicos) deben basarse en la comprensión de las cualidades humanas, ajustarse a las mismas y prestarles apoyo (RAPOPORT, 2003)

Em seu livro “Cultura, arquitectura y diseño” o arquiteto traz uma ampla relação de exemplos de intervenções arquitetônicas e de infraestrutura que tiveram impacto negativo e contribuíram para modificar a forma de organização de comunidades que se diferenciam culturalmente. A partir dessa compreensão, o autor sugere uma prática anterior ao projeto que envolva um estudo social e aprofunde as relações entre o entorno e o comportamento humano. Nesse contexto, sinaliza também a importância de um desenho

aberto que reverta a tendencia de desenhar ao máximo, dando espaço a um desenho do essencial que permita modificações, seja adaptável e flexível.

Nesse sentido, por mais intenso que seja o estudo sobre as relações entre entorno e comportamento humano, o que é fundamental que ocorra antecipando o projeto, nada é mais efetivo do que a participação da própria comunidade no processo de projeto indicando suas demandas, usos e preferências. Essa recomendação aparece em diversos momentos no texto, na fala de lideranças indígenas Guarani que destacam a importância da participação da comunidade para que os resultados sejam satisfatórios e garantam a apropriação dos espaços. Dessa forma, a pesquisa traz algumas iniciativas de processos participativos que ainda são muito escassas, a fim de contribuir em relação a esse tema.

3.3 PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE PROJETO

Com a intenção de referenciar práticas e iniciativas que possam contribuir a respeito dos processos participativos de projeto, trago alguns exemplos em diferentes esferas. Em comum entre eles, há o fato de terem ocorrido com comunidades Guarani, porém se diferenciando quanto ao **formato** e a **fonte de intervenção**.

O primeiro exemplo é a Escola Autônoma Mbya Guarani Teko Jeapo. A escola foi construída no Tekoa Ka'aguy Porã, em área de retomada em Maquiné (RS). Trago inicialmente um pouco do processo de retomada pois consiste em um ato político na busca dos Guarani por retomar uma porção de terra originária que garanta seu modo de vida. A escola foi construída no *tekoa* através de processo de mutirão, sendo esse espaço idealizado pela comunidade e contando com o apoio de uma rede de colaboradores não-indígenas para sua construção.

O segundo exemplo consiste em oficinas participativas realizadas com comunidades Guarani de São Paulo através da atuação do Grupo Fresta, que é composto por arquitetos e sociólogo. As oficinas foram uma demanda a partir de medida compensatória devido a duplicação de uma rede férrea que passa pelos territórios. A partir das oficinas, foram levantadas demandas e preferências que resultaram na elaboração de projetos para as aldeias. É um exemplo pertinente principalmente porque já se somam várias ações que surgiram a partir dessas medidas, inclusive relativa à área de Mato Preto.

O terceiro exemplo trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado do RS com a intenção de solucionar o déficit habitacional de algumas comunidades Mbya Guarani

do Estado. Foram construídas casas de madeira nas aldeias buscando uma aproximação com as casas tradicionais Mbya.

Sobre os exemplos demonstrados, cabe as comunidades participantes avaliarem o nível de satisfação em relação a esses processos, contudo trago como referências por se tratarem de ações fontes de diferentes processos que podem contribuir para esse diálogo.

3.3.1 Teko Jeapo – Escola Autônoma Mbya Guarani

Em meio a um cenário de avanço do processo de colonização, de acelerado desmatamento e de consolidação da propriedade privada para agricultura intensiva foi sobrando para os Guarani somente as margens das estradas como espaço de resistência, sendo que até 2012 havia no Rio Grande do Sul 17 acampamentos Guarani nas faixas de domínio nas estradas federais e estaduais (FARIAS, 2018).

Ainda de acordo com Farias (2018), por décadas indígenas nasceram, viveram e morreram nos acampamentos na beira das estradas vivendo em barracos com material improvisado, suscetíveis a doenças pulmonares, risco nutricional e inclusive atropelamentos. Nesse contexto, destaca também que a diminuição dos acampamentos no RS não ocorre pela efetivação dos processos demarcatórios, mas sim por meio de medidas compensatórias, como é o caso do Tekoa Arandu Vera, e de algumas concessões de área pública por parte do governo estadual. Contudo, embora muitas vezes essas áreas forneçam uma melhor condição de estrutura, não garantem que as comunidades possam viver dentro do modo de vida Guarani, devido às limitações de área e de recursos naturais presentes nesses espaços.

A partir dessa condição, os processos de retomada dos territórios consistem em um movimento pacífico e de resistência, onde os Mbya retomam parte de suas áreas ancestrais:

Conforme os Mbya, a retomada se dá em uma porção de terras originárias, por eles identificadas como Yvy Rupá (a terra onde pisamos, uma só terra), que compõe seu espaço geográfico contínuo e sociocsmológico, onde se expressam territorialidades, construídas na mobilidade e em práticas de territorialização. A mobilidade Mbyá ocorre no espaço-tempo em que dinâmicas do passado-futuro andam juntas, sendo o passado a referência para o futuro. Os Mbyá afirmam que esta retomada foi mobilizada por um movimento autônomo e autodeterminado, conforme orientações de Nhanderú (uma de suas divindades). Em meio as graves ameaças e retrocessos no tange o ataque aos direitos conquistados pelos povos originários no Brasil, a retomada se mostra como um movimento pacífico e de resistência, em que os Mbyá retornam ao território que lhes pertence

originariamente (PRINTES e BENITES, 2017).

Para Farias (2018), as retomadas marcam uma inovação nas práticas políticas dos Guarani, tanto no que tange ao processo em si, quanto na busca de constituição de uma rede de apoiadores com *djuruas*:

Então, há que se considerar que os indígenas Mbya-Guarani no sul do Brasil não estavam tendo a prática política da realização de retomadas de suas áreas ancestrais, procurando, anteriormente a 2017, evitar tensões e conflitos diretos com posseiros e invasores de suas terras, e, assim, acabavam aguardando nas margens das estradas que o Estado realizasse os procedimentos de estudos e de demarcações para fazerem suas aldeias, algo se altera. Com esta Retomada em Maquiné, foi possível perceber que estava havendo uma inovação em suas práticas políticas, assim como também era inovadora a busca de constituição de rede de apoiadores com grupo de juruás (FARIAS, 2018).

A partir desse contexto, trago como exemplo o caso da retomada do território ancestral Guarani ocorrido em Maquiné (RS) que levou até a construção de uma escola autônoma no *tekoa*, objetivo desse tópico. A retomada teve início em 2017 e ocorreu em área pública de domínio estadual que abrigava anteriormente uma das sedes da extinta FEPAGRO (Fundação de Pesquisas Agropecuárias). Trata-se de uma área bastante abundante de recursos naturais, hídricos, coberta por mata nativa da Mata Atlântica.

Sobre os primeiros passos após o processo de retomada, Francisco Lang (2019) relata que após duas semanas os Mbya deram início a construção da *opy* e posteriormente a algumas casas tradicionais para abrigarem as famílias que a cada dia se deslocam para a aldeia. **Foi constituída também uma rede de apoiadores não indígenas provenientes de diferentes espaços e instituições** que contribuíram tanto em relação a defesa perante o processo aberto pelo estado, como através de ações de apoio e também na **construção da escola**.

A proposta educacional da escola, de acordo com a comunidade Guarani e presente em Lang (2019), se relaciona ao modo de vida Guarani, as atividades cotidianas do *tekoa* e também ao desenvolvimento hábil para o trânsito nos espaços não indígenas, proporcionando uma conexão entre a sua cultura e o mundo contemporâneo. É um espaço coletivo que serve também para a comunidade compartilhar saberes entre crianças e adultos e onde recebem visitantes constituindo-se também em um centro cultural.

O cacique reforça que a intenção foi a de construir a escola sem a intervenção do estado e que ele apenas a reconheça posteriormente como forma de garantir autonomia de uma educação que não seja limitada a estrutura física e pedagógica de uma escola convencional não indígena: “o projeto constitui-se da intenção de uma

grande casa baseada na arquitetura guarani, sendo um espaço amplo que possa servir como encontro de toda a aldeia e visitantes, que seja o centro cultural, onde seja fortalecida a cultura Mbya” (LANG, 2019).

O projeto da escola, **idealizado pela comunidade Guarani e comunicado através do cacique André Benites, foi transcrito com o apoio da rede envolvida no processo de retomada.** Lang (2019) relata que a partir desse documento o cacique iniciou a busca por recursos para financiar o projeto, e a maior parte do apoio veio através da Alemanha por intermédio da Rede pela Paz, contando também com outros apoiadores.

A construção foi realizada através do **processo de mutirão envolvendo tanto a comunidade como agentes externos e sua rede de apoiadores.** Além do envolvimento e autonomia nos processos construtivos, destaca-se a economia relativa à mão-de-obra proporcionada por esse formato de construção. Os materiais também se aproximam da cultura material Guarani e foram utilizados priorizando recursos naturais próximos ao local da construção.

Fotografia 13: imagem externa da Escola Teko Jeapo



Fonte: Francisco Lang e Bruna Brillman, (2021)

Fotografia 14: imagem interna da escola**Fotografia 15:** imagem do mutirão de construção da escola

Fonte: Francisco Lang e Bruna Brillman, (2021)

Apesar da edificação construída já abrigar uma série de atividades, Lang (2019) destaca a necessidade de expansão desse espaço abrigo demandas levantadas a partir de diálogo com o Cacique André Benites. Francisco Lang, como aluno de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, propôs através de seu **trabalho de conclusão de curso** a expansão da escola através de um processo participativo com a comunidade e com o intuito de que os espaços sejam de fato construídos. Embora essa expansão ainda não tenha sido construída, essa intenção resultou em um projeto arquitetônico, e trago aqui esse formato de projeto como mais uma possibilidade.

Como demandas levantadas pelo cacique estão a cozinha/refeitório (para abrigar as práticas culinárias Guarani e as grandes refeições coletivas realizadas a partir das vivências promovidas no espaço), banheiros (devido a presença de bastante visitantes não indígenas), plantios (planejamento e execução viabilizados por meio de mutirões comendo hortas, plantio de plantas medicinais, cultivo agroflorestal, e árvores frutíferas), geração de energia de forma autônoma (visto que até então não havia rede elétrica e há a necessidade de utilizar utensílios tecnológicos na escola).

Sobre a metodologia de projeto, Francisco traz uma contribuição importante que vai de encontro ao propósito da pesquisa, relativa ao processo de diálogo com a comunidade:

Vejo também a importância do uso de uma linguagem gráfica mais acessível ao entendimento da comunidade e construtores locais, assim como a **representação do projeto por meio de maquetes** e outros elementos **que permitem a troca de ideias de uma forma horizontal**. Após cada etapa de entrega do trabalho de conclusão vou fazer uma apresentação do trabalho realizado na comunidade para que eles possam avaliar o trabalho, **solicitando alterações** para que se aproxime ao máximo das suas intenções (LANG, 2019).

Da mesma forma como foi viabilizada a construção do espaço já existente, é previsto que o processo de ampliação também ocorra através de mutirões, por meio da participação entre a comunidade, a Associação de Amigos da Teko Jeapo (criada com o intuito de registrar a atuação da escola nos órgãos competentes e arrecadar fundos), além de uma ampla rede de associações, grupos, apoiadores e outras aldeias da região.

Figura 8: projeto de conclusão de curso de Francisco Lang - proposta de expansão do Teko Jeapo



Fonte: Prêmio IAB, RS

3.3.2 Oficinas Participativas – Plano Básico Ambiental (PBA)

Como **medida compensatória** a partir da duplicação de um trecho de ferrovia que passa por terras indígenas de São Paulo, foi estabelecido através do Plano Básico Ambiental (PBA) a realização de estudos com diagnósticos das **demandas das comunidades**. Nesse sentido, os estudos realizados pelo Grupo Fresta subsidiam **necessidades de equipamentos arquitetônicos, moradias e infraestrutura urbana trazidos pelas comunidades através do diálogo e oficinas participativas realizadas**.

A utilização desse exemplo como estudo de caso possui como intuito trazer aspectos desse processo que possam orientar futuras práticas no âmbito metodológico. Destaca-se que o objeto de referência foi o processo participativo, dessa forma não foram analisados os impactos relativos à duplicação da ferrovia.

O Grupo Fresta, que conduziu os estudos, foi formado em 2009 e é

composto por três arquitetos e um sociólogo, também realizando parcerias com outros arquitetos e profissionais de outras áreas dependendo do contexto. De acordo com o grupo, para materialização da arquitetura, que é produto final, há sempre um **processo interdisciplinar e participativo com a comunidade a que se destina:**

As comunidades indígenas possuem questões culturais imprescindíveis de serem analisadas para a realização de projetos de arquitetura, como a dispersão de suas construções e aldeias, seus costumes e forma de usar os espaços. Para que uma produção do habitat seja considerada social, acreditamos ser necessário que os **moradores tenham controle e poder de decisão sobre todas as etapas de produção.** Por esse motivo, optou-se neste trabalho pelo **desenvolvimento de Oficinas Participativas** para se **obter as informações para posterior elaboração de projeto de arquitetura que atendesse às necessidades das aldeias, incorporando seus hábitos e costumes** (GRUPO FRESTA, 2016).

As comunidades indígenas em questão se dividem em 12 aldeias, distribuídas em 24.000 hectares de terra “ao sul da metrópole de São Paulo, passando pela serra do mar e alguns municípios do litoral sul do estado, como Praia Grande, Mongaguá e Inhaém”, incluídas aldeias Guarani.

De acordo com o grupo, foram apurados junto as comunidades suas demandas, desejos para a área, formas de utilização do espaço, preferencias por materiais e volumes, compactuando material para o desenvolvimento de projetos de arquitetura, com participação e validação da comunidade nas decisões de projeto.

Fotografias 16 e 17: imagens do processo participativo



Fonte: Grupo Fresta

Dentre os projetos, fruto do processo participativo e de demandas trazidas pelas comunidades, seguem alguns exemplos dos resultados:

Quadro 1: Projeto 1 – Aldeia Guarani Guyrapaju



Fonte: Grupo Fresta, 2019

Cozinha Comunitária da Aldeia Guarani Guyrapaju: o projeto prevê uma cozinha para uso da comunidade e também para receber eventos organizados na aldeia. Fica localizada em uma área central da aldeia, próxima da escola e da *Opy*, em terreno com declive, por isso a solução da edificação suspensa. A parte frontal se abre para uma praça central (GRUPO FRESTA, 2019).

Quadro 2: Projeto 2 – Aldeia Guarani Aguapéu



Fonte: Grupo Fresta, 2019

Casa de Cultura e Cozinha Comunitária da Aldeia Guarani Aguapéu: é dividido em duas construções em diferentes níveis a partir da topografia do terreno, conectadas por um pátio central projetado para abrigar apresentações da comunidade. O programa de necessidades foi definido através do processo participativo onde uma das edificações abriga sala multimídia para produção de vídeos e uma sala de artesanato para sua produção e venda. A segunda edificação prevê uma cozinha comunitária, sanitário e um refeitório-varanda (GRUPO FRESTA, 2019).

Quadro 3: Projeto 2 – Aldeia Guarani Aguapéu

Imagens do Galpão Agroflorestal



Fonte: Grupo Fresta, 2019

Galpão Agroflorestal Aldeia Guarani Aguapéu: projeto é fruto de mais uma demanda da comunidade Aguapéu, que é a produção e venda de alimentos provenientes da agrofloresta que é cultivada no entorno da edificação (como pupunha e frutas secas). Atualmente a comunidade já promove visitas com o intuito de divulgar a importância da terra para a cultura Guarani e ajudar a gerar renda para o monitoramento da TI a partir dos rios e trilhas. Através de barcos que adquiriram através de programa, promovem passeios de barco ao mesmo passo que os utilizam para o transporte entre aldeias, escoamento da produção e vigilância da área através do rio (BLOG UNICAMP, 2019). O projeto do galpão segue as normativas da ANVISA para elaboração e o espaço foi disposto de forma a se adequar ao modo de produção. Também seguem imagens do edifício projetado para armazenamento dos barcos, que consiste também em uma demanda da comunidade (GRUPO FRESTA, 2019).

Imagem do projeto da casa de barcos



Fonte: Grupo Fresta, 2019

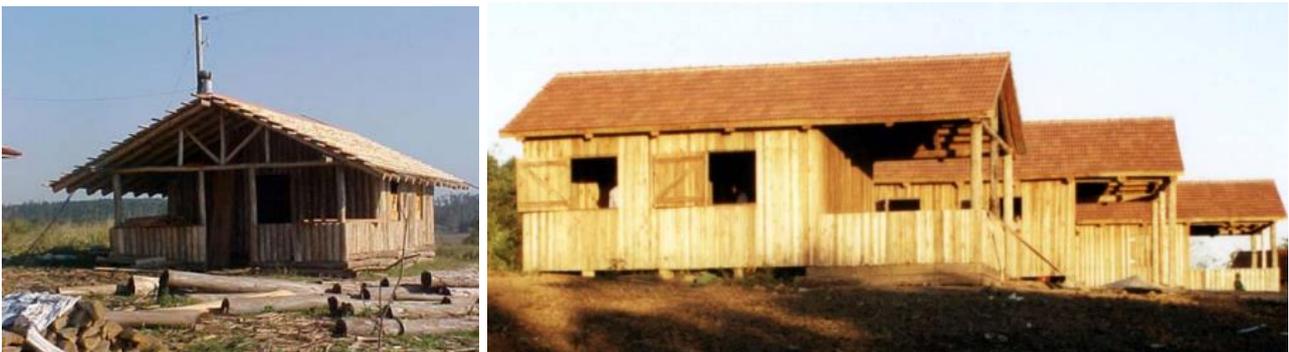
3.3.3 Programa Estadual de Habitação para os Povos Indígenas (RS)

Criado em 2001 para atender um déficit habitacional das comunidades indígenas Mbya Guarani do Rio Grande do Sul, o Programa **Estadual** de Habitação para os Povos Indígenas foi criado a partir da **elaboração de um modelo de casa junto a representantes Guarani e técnicos não-indígenas**. De acordo com Zanin (2006) que faz uma análise detalhada sobre esse processo e seus resultados, essas **casas são diferenciadas** à medida que apresentam “características diferentes das casas convencionalmente construídas para populações de baixa renda e terem sido desenvolvidas **conjuntamente com os Mbya, através do CEPI** (Conselho Estadual dos Povos Indígenas).”

A Secretaria Estadual de Habitação (SEHAB), de acordo com Prudente (2017), tentou desenvolver uma tipologia que se **aproximasse mais da casa tradicional** fazendo a utilização de materiais como a madeira, ao invés da alvenaria, por ser um material natural, e prevendo também uma varanda em frente a casa para a utilização do **fogo de chão**.

A tipologia chamada de “Casa do Índio” apresenta dois modelos que basicamente apresentam cerca de 45m² divididos em uma varanda frontal, uma área interna comum e dormitórios resultando em quatro ambientes separados por divisórias. Tanto a estrutura, como a vedação das paredes é feita através da utilização da madeira de eucalipto, enquanto a cobertura é feita através de telhas de barro (ZANIN, 2006). O formato retangular e a disposição do telhado em duas águas se aproximam da residência tradicional Guarani, porém se diferenciam quanto ao uso dos materiais, dimensões, pé-direito, disposição de aberturas e atividades desenvolvidas.

Fotografia 18 e 19: tipologia das casas construídas através do programa



Fonte: Zanin (2006)

Quanto a satisfação dos Guarani, Zanin (2006) relata que os entrevistados mostraram aceitação em virtude das melhorias relativas à estrutura que grande parte das comunidades anteriormente morava (como casas de lona, por exemplo), mas que algumas questões não responderam satisfatoriamente as suas atividades, o que levou a uma grande quantidade de casas tradicionais construídas em paralelo a “Casa do Índio”:

Fotografias 20 e 21: casas tradicionais construídas ao lado da tipologia do governo



Fonte: Zanin (2006)

Dentre as questões mencionadas, segundo os entrevistados de Zanin (2006) está a utilização do fogo, que embora tenha sido pensada para a área da varanda em um dos modelos, não pode ser feita no ambiente interno devido ao assoalho de madeira. Em relação aos padrões climáticos dos Guarani eles identificaram a casa como sendo mais fria no inverno e mais quente no verão devido as suas dimensões, as frestas da edificação e aos materiais construtivos. Outra questão diz respeito também a problemas na execução que os não indígenas também apontam em relação ao processo, dessa forma:

Resultante destas entrevistas identificou-se que **ocorreu a participação dos Mbyá Guarani no desenho das habitações**, porém alguns **problemas de projeto e execução limitaram a satisfação dos mesmos**. (...) Nesta análise, interpreta-se a satisfação dos Mbya e o processo de desenho social aplicado. Identifica-se que as intervenções habitacionais proporcionam melhorias na infra-estrutura das comunidades, o que leva a novas necessidades que não são satisfeitas pela casa tradicional. Porém, os Mbyá demonstram que suas casas tradicionais respondem melhor aos preceitos culturais e continuam construindo-as (ZANIN, 2006).

Somado a satisfação de novas necessidades das comunidades, como destaque positivo a autora traz também a livre escolha do local de implantação das habitações.

3.3.4 Considerações sobre os Processos Participativos

Dentre os pontos que podem ser destacados sobre os processos participativos de projeto, evidencia-se a necessidade de uma **linguagem gráfica menos técnica e mais acessível** ao entendimento das pessoas envolvidas. Nesse sentido alguns recursos que podem contribuir para o diálogo podem ser representados por **maquetes físicas, maquetes eletrônicas, fotografias** que possam ajudar a materializar as preferências sobre materiais e estruturas (impressas ou apresentadas através de projeção), além da possibilidade de um **desenho participativo** onde se consiga desenhar a partir de material impresso.

Um projeto arquitetônico, em sua prática mais habitual, geralmente é realizado a partir de uma série de etapas: **definição do programa de necessidades** (ou seja, das demandas relativas aos ambientes que vão compor esse espaço construído), **estudos preliminares** (momento onde são lançadas as primeiras ideias no sentido mais formal do projeto), **anteprojeto** (onde há um avanço com um maior aprofundamento das questões técnicas da construção), o **projeto** em si (com detalhamento completo dos elementos que irão ser executados) e a **execução** (finalidade do projeto).

Por mais que esse processo não seja estático e pré-definido, principalmente em um meio intercultural, o que se sugere é que o projeto vai sendo amadurecido e vai havendo uma evolução para que se chegue ao ponto da execução. Dessa forma, tudo indica que serão necessários vários momentos de participação e validação da comunidade ao longo das etapas.

Nesse sentido, pode ser percebido um diferente grau de envolvimento da comunidade em relação aos processos apresentados anteriormente. No primeiro caso, o projeto parte da comunidade que se envolve em todas as suas etapas, incluindo a execução. Nesse caso, a rede de colaboradores é acionada para auxiliar na viabilização da proposta.

No segundo exemplo, a comunidade é acionada à medida que as etapas de projeto vão avançando, participando desses momentos e também validando os desenhos propostos pela equipe.

Já no terceiro exemplo, há uma definição de tipologia que é validada e conta com a participação das lideranças indígenas na definição de projeto. Nesse sentido, representa um avanço em relação a essa postura de incluir a comunidade no processo, o

que não costuma ser uma tendência das iniciativas governamentais. Contudo ao estabelecer uma tipologia, por mais que tenha contado com a participação das lideranças e tenha um certo grau de adaptabilidade, não favorece muito no que tange a compatibilidade em relação a diferentes locais a que se destinam.

Aproveitando esse exemplo, cabe salientar que mesmo dentro de uma mesma “cultura” (a cultura entre aspas da Manuela Carneiro da Cunha), há uma variação de perspectiva por parte das comunidades que está relacionada aos seus processos históricos e diferenças de metas. Portanto, cabe reforçar, que para um projeto ser satisfatório, ele deve ser pensado em específico para cada local e público alvo a que se destina.

4. A ALDEIA SONHADA

Com o objetivo principal de ouvir a comunidade do Tekoa Arandu Vera sobre suas intenções para a aldeia, bem como avançar em relação aos processos participativos de projeto, estavam previstas visitas a aldeia. Em contato com o cacique em dezembro/2019, Joel havia indicado que a melhor época para iniciar as visitas seria posterior ao possível trabalho que ele realizaria na colheita da uva, dessa forma, a partir do final de fevereiro/2020.

Fazíamos planos sem imaginar que a pandemia de COVID-19 chegaria, mudando a rotina de todos, impossibilitando as visitas e se estendendo por tanto tempo. Trago esse relato para a dissertação não só pelo impacto que a pandemia teve em relação aos rumos da pesquisa e limitações em relação as visitas, mas também porque foi um período desafiador para as comunidades indígenas.

Enviei mensagem ao Cacique Joel pedindo notícias e dizendo que havia visto a rifa virtual publicada em seu *Facebook*. A rifa foi lançada em março/2020 com o intuito de arrecadar fundos para auxiliar moradores do *tekoa*. Joel retornou informando que todos estavam bem, porém seguindo o isolamento, impossibilitados de sair da aldeia. Dessa forma, as famílias que dependiam de saídas para venda de artesanato ou para trabalhar estavam precisando de auxílio nesse período.

Passado mais de um ano e meio de pandemia, de máscara no rosto e a carteira de vacinação em mãos, fiquei feliz em poder visitar a aldeia e ver que conseguiram passar por esse momento com saúde e sem casos de COVID registrados. Apesar do trabalho de campo não ter ocorrido com a intensidade imaginada inicialmente, minha passagem pela aldeia foi muito especial e me trouxe uma certeza ainda maior de que a pesquisa estava alinhada aos anseios da comunidade.

Para esse momento levei algumas ferramentas como gravador, prancheta e drone, porém não estruturei uma entrevista ou defini uma dinâmica de trabalho, no intuito que essa etapa fosse a mais participativa possível e a comunidade se sentisse bem na visita. No contato com Joel apenas sinalizei que gostaria de fazer um levantamento, conhecer a estrutura da aldeia e escutar deles o que eles sonhavam para aquele lugar. Acredito que o saldo dessa opção foi positivo pois foi Joel quem sugeriu e justificou a dinâmica.

Quando cheguei na aldeia, logo após o almoço, o cacique estava sentado à sombra junto com seus familiares e alguns moradores da comunidade. Me juntei a eles e

começamos a conversar. Alguns faziam o uso do *petyngua* (cachimbo), alguns brincavam com as crianças e todos dialogavam em guarani. Enquanto o cacique falava comigo em português, vários moradores faziam sinal afirmativo com a cabeça concordando com sua fala. Após um período de conversa, Joel sinalizou que gostaria que eu me reunisse com os jovens e as crianças no espaço de eventos da comunidade para que pudesse ouvir deles seus sonhos para a aldeia. O cacique justificou a escolha dizendo que eles é quem estarão no comando da aldeia futuramente. Disse que eu poderia conduzir a dinâmica, na qual as crianças fizeram um desenho do que imaginam para o território e na sequência falaram um pouco sobre o que ilustraram:

Venho conversando também com os jovens, principalmente os jovens porque futuramente eles estarão na verdade no comando da aldeia... e as crianças desenhando, trazendo aquela ideia do que eles pensam também da aldeia futura. (...) As crianças por exemplo ainda não conhecem digamos talvez um rio aonde eles possam se refrescar, dizer assim: “vamos tomar um banho aqui”, “vamos pescar”... porque as crianças não conhecem eles, como que faz a pescaria ou até mesmo colher algum material no mato, ainda eles não sabem disso (Cacique Joel Pereira Kuaray, 2021).

Muitas crianças nasceram no ambiente do acampamento e seguem vivendo na aldeia que tem um espaço ínfimo e escasso de recursos naturais. Nesse sentido, é uma preocupação por parte da comunidade que eles tenham a possibilidade de viver em um espaço que promova suas atividades produtivas e culturais, e que poderia ser viabilizado através da demarcação do território. Como já apresentado no Relatório Circunstanciado, o *tekoa* tem muitas similaridades com a vida em uma aldeia tradicional Guarani, principalmente no aspecto social e ritual, porém as restrições atuais tem implicações sérias na manutenção de suas práticas.

Na sequência do capítulo, seguem informações sobre a dinâmica realizada na visita e alguns anseios sinalizados pela comunidade e que compõe essa aldeia sonhada.

4.1 DINÂMICA COM OS JOVENS E CRIANÇAS

Após conversa com o cacique e alguns moradores do *tekoa*, Joel instruiu que um dos jovens, João, me acompanhasse até o centro de eventos para realizar a dinâmica. Enquanto os participantes se dirigiam até lá, fiz alguns registros com o drone. A comunidade ficou bastante empolgada com o resultado desse levantamento.

Esse dia coincidiu com a colheita de uma lavoura de uma das propriedades rurais limítrofe a aldeia. Enquanto fazia as imagens, caíam resíduos dessa atividade no

tekoa. Nas fotos aéreas da área fica bastante evidente esse contraste entre a aldeia e seu entorno, bem como seu nível de exposição a rodovia e as atividades de agricultura intensiva que ocorrem em seus limites.

Fotografia 22 – colheita na proximidade da aldeia



Fonte: a autora, 2021

Fotografia 23 – entorno da aldeia



Fonte: a autora, 2021

O drone logo despertou a curiosidade dos moradores, e algumas crianças se juntaram a mim enquanto realizava o registro. Logo após me dirigi ao centro de eventos e aguardava a chegada de Joel e dos participantes da dinâmica. Algumas crianças entravam no ambiente, pegavam um livro didático, mostravam algum ponto do livro, curiosas e receptivas em relação aos visitantes. Os jovens também se mostravam abertos ao diálogo e conversavam comigo sobre assuntos de seu cotidiano.

Com todos já reunidos, distribuí o material de desenho às crianças e pedi que desenhassem o que sonham para a aldeia. Joel também auxiliou na introdução do tema e reforçou comigo o motivo da escolha dos mais jovens para participar desse momento, dizendo que eles é quem estarão no comando da aldeia futuramente, e que conversa com frequência com eles sobre essa questão relativa ao território.

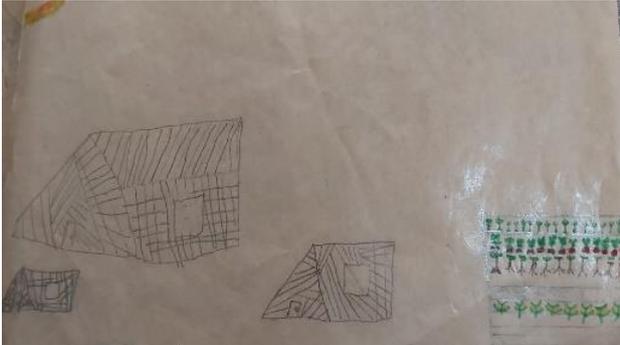
As crianças realizaram a atividade de forma descontraída, agrupadas em torno da mesa. Enquanto desenhavam, Joel relatava para mim os seus sonhos para o *tekoá*. Após a conclusão das crianças, pedi que compartilhassem um pouco sobre o que haviam desenhado.

4.2 EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE PARA A ALDEIA

Esse tópico reúne alguns anseios trazidos pela comunidade do Tekoa Arandu Vera a partir das ilustrações e das falas dos moradores da aldeia. Evidencia alguns traços dessa aldeia sonhada que fica condicionada a demarcação do território para se materializar. Esses anseios expressam o motivo da busca pelo território que está fortemente vinculada a reprodução cultural do *tekoa*, onde a natureza é elemento fundamental para a cultura.

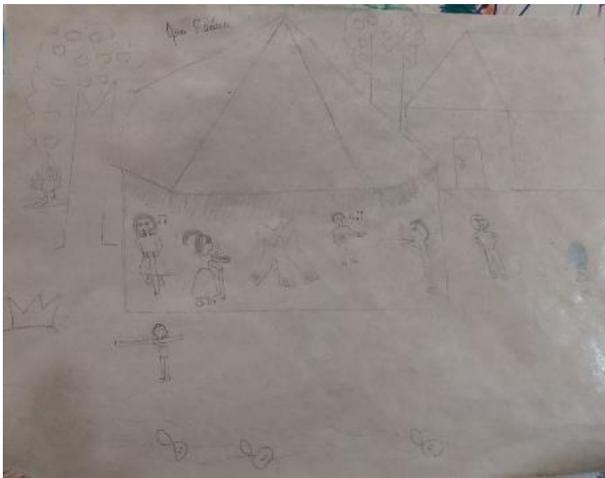
Nesse sentido, as ilustrações que resultaram da dinâmica, vão de encontro com essa compreensão. O imaginário das crianças e jovens da aldeia projeta uma aldeia rica em recursos naturais com a presença de elementos como vegetação, hortas, cultivos, pomares, animais e recursos hídricos, unânimes em todos os desenhos. Com recorrência também aparecem elementos arquitetônicos, como habitações, casa de reza, escola e ginásio. Na sequência são apresentadas algumas dessas representações:

Quadro 4: desenhos que ilustram a aldeia sonhada pelas crianças da aldeia

	<p>Aldeia sonhada pelo Ademir: contém elementos naturais, com a presença de rio e vegetação.</p>
	<p>Aldeia sonhada pela Evellyn: contém casas tradicionais Guarani e cultivos como o milho (alimento sagrado para ao Guarani)</p>



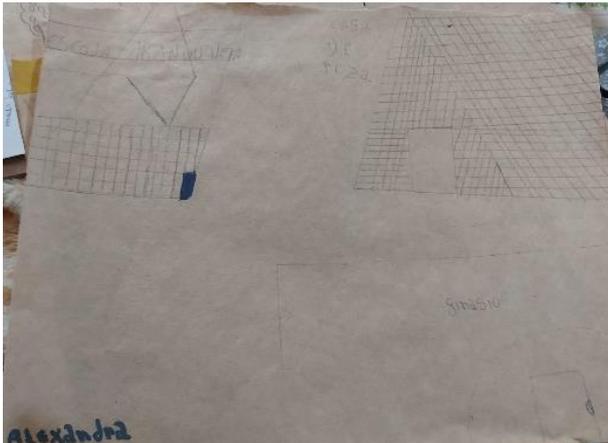
Aldeia sonhada pela Ytaiara: possui casas, árvores, pomares, rio com a presença de peixes e cultivos de alimentos



Aldeia sonhada pela Ana Flávia: possui uma casa de reza bem grande para acolher todas as pessoas da comunidade. Na imagem elas aparecem dançando, cantando, tocando instrumentos e fumando cachimbo em torno do fogo de chão. No entorno da casa de reza nota-se a presença de animais e vegetação



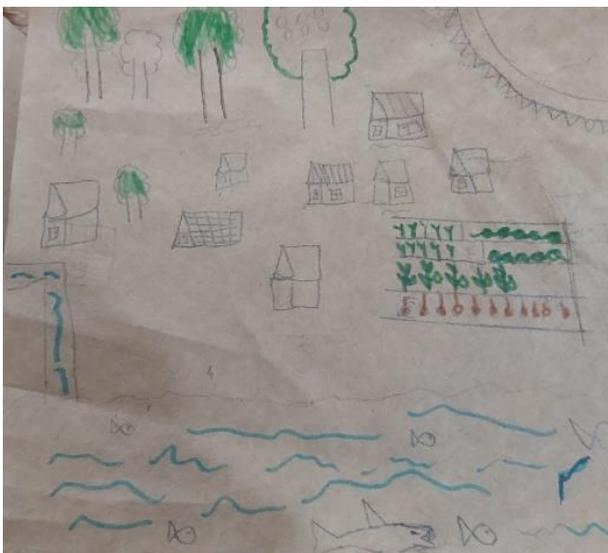
Aldeia sonhada pelo Caue: presença de casas, vegetação e milho. Caue desenhou também o drone sobrevoando a aldeia



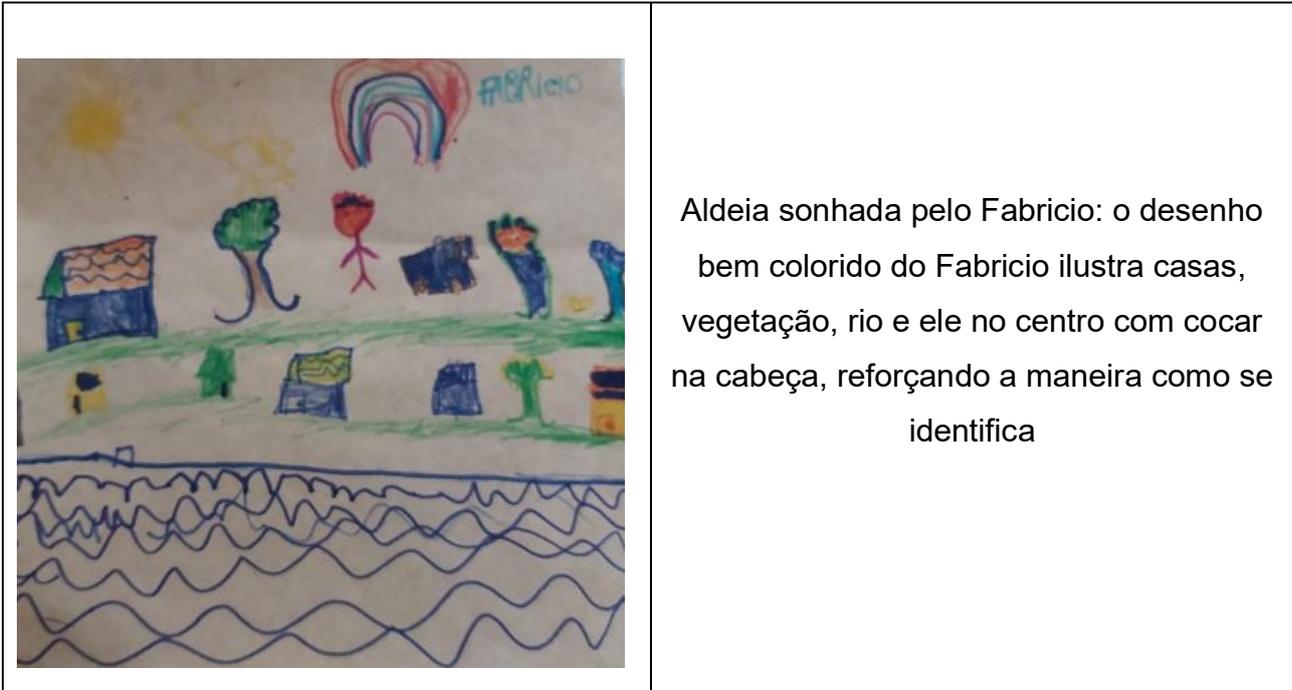
Aldeia sonhada pela Alexandra: contem casa de reza, a escola Arandu Vera e um ginásio



Aldeia sonhada pelo João: possui mata com a presença de vegetação e rio. Sobre o rio há uma ponte. João relatou que seu entorno seria utilizado para as crianças brincarem, se banharem e pescarem



Aldeia sonhada pelo Misael: possui rio com cachoeira, pomar, vegetação e cultivos. Nota-se as residências dispostas de forma dispersa e na centralidade uma casa que se diferencia das demais (casa de reza)



Aldeia sonhada pelo Fabricio: o desenho bem colorido do Fabricio ilustra casas, vegetação, rio e ele no centro com cocar na cabeça, reforçando a maneira como se identifica

Fonte: a autora, 2021

Muitas crianças nasceram no contexto do acampamento, muitas não conhecem rios e matas, porém pode ser percebido através de suas ilustrações da aldeia sonhada a vontade delas de viver em uma aldeia rica em recursos naturais. Percebe-se também o esforço dos anciãos e da comunidade como um todo, através de seus ensinamentos e práticas, em conduzir e fortalecer a vivência dos mais jovens dentro do modo de vida Guarani. Dessa forma a natureza aparece com unanimidade como um elemento essencial compondo a aldeia.

O conjunto de elementos que compõe um *tekoa* também está bastante presente nas representações. A composição entre a aldeia habitada (representada pelas casas), os cultivos e a mata ainda são referencias de aldeia para as crianças, mesmo que atualmente não tenham as condições ideais para o *teko* e que nunca tenham vivenciado plenamente essas condições, já nascendo em espaços restritivos.

Os elementos simbólicos da cultura Guarani também aparecem com frequência nos desenhos. Pode ser observada a presença do sol, do *pindó* (palmeira jerivá), do cachimbo (*petyngua*) e do milho (*avaxi etei*).

Em relação a arquitetura Guarani, é bem recorrente também a presença de construções como as casas tradicionais e a casa de rezas. Mesmo não havendo casa de rezas hoje pela impossibilidade em termos de espaço físico e recursos naturais, nota-se

muito viva essa memória simbólica no imaginário dos jovens, e também a presença de dois líderes espirituais na aldeia. Outro ponto que pode ser observado é um domínio das técnicas construtivas através das casas tradicionais presentes na aldeia em complemento a casa viabilizada por meio da medida compensatória.

Além das estruturas da arquitetura Guarani, também aparecem em menor quantidade equipamentos como escola e ginásio. Sobre essa relação, o cacique detalha esse equilíbrio que defendem entre uma “estrutura cultural” e uma “estrutura que vem dos não indígenas”:

Porque o que eu penso de uma aldeia estruturada quando a gente fala, não é só apenas com estruturas que vem dos não-indígenas (escola, posto de saúde...). É claro que a gente precisa ter tudo isso também, mas também a gente precisa ter uma estrutura cultural, por exemplo: uma casa de reza, que hoje aqui atualmente na aldeia não tem devido a gente não ter materiais, ou seja, não ter acesso a esses materiais para a construção de uma casa de reza e até mesmo espaço. Aqui não tem espaço para a construção disso. Então isso, se futuramente tem questão de ter, tem toda uma estrutura dos não-indígenas, mas também ter a estrutura que faz parte da cultura: a casa de reza, as casinhas feito para moradia também (feita de madeira, coberta de taquara, capim, amarrada com cipó). Então tudo tem que ter também em uma aldeia, claro, além de materiais que vem da natureza e também minimamente condições pra sobrevivência. Também pra ter um rio pros jovens, pras crianças se refrescar quando é muito quente, um rio que possa ter peixes pra quando uma família precisar ir pescar pegar um peixe pra se alimentar, que tenha frutas pra que famílias quando precisam vão e colhem frutas e que tenha os remédios que é colhido diretamente do mato. Quando principalmente os líderes espirituais precisar colher remédio, que tenha. Então minimamente isso. Que essa estrutura de pensar assim de um equilíbrio tanto cultural... trazendo as duas culturas juntas. Como eu sempre falo, às vezes a gente precisa desses conhecimentos científicos, trazer alguns conhecimentos científicos para a aldeia, mas também precisamos manter a nossa cultura viva. Como se diz, é claro que uma comunidade indígena, ou um povo indígena não vai voltar a viver como no passado, a viver como na história, mas a história precisa estar junto conosco, trazer a história junto (Cacique Joel Kuaray Pereira, 2021).

Nesse sentido, a comunidade não ignora as demandas que surgiram a partir do contato com a sociedade envolvente e que são importantes para o trânsito em um contexto intercultural. Contudo, propõe um equilíbrio entre essas estruturas e estruturas próprias de sua cultura. Dessa forma, a busca pela demarcação do território tem como principal objetivo oportunizar suas práticas culturais e produtivas, ter um espaço físico com recursos naturais que permita a construção de edifícios tradicionais como a casa de reza e residências da arquitetura Guarani, equilibrando também com demandas de edificações dos não-indígenas, como Joel nomeou.

Entre essas edificações estaria a escola, sendo que hoje as atividades escolares ocorrem em uma casa que foi adaptada como sala de aula e um ponto de atendimento de saúde. Perguntado sobre a estrutura da escola, o cacique salientou a

importância da participação dos mais velhos no ambiente escolar, e que a arquitetura desse espaço deve ser convidativa para a permanência deles, para que se sintam bem nesse local. Também ressaltou a importância de diálogo com a comunidade sobre a forma como são construídas essas edificações para que de fato possam atender as necessidades da comunidade.

Em um cenário ideal, a comunidade tem o território demarcado, que seria reflorestado e suas nascentes recuperadas, provendo os recursos naturais necessários para o modo de vida Guarani. Dessa forma a comunidade teria condições de praticar a pesca, a coleta de alimentos, a coleta de material para artesanato, a coleta de material utilizado para a cura e em seus rituais, espaço adequado para sua diversidade de cultivos e a coleta de material para suas construções tradicionais, principalmente a casa de rezas. Não excluindo a presença de habitações e equipamentos como escola e posto de saúde provenientes de processos participativos que garantam as necessidades da comunidade.

O cacique relatou também que a madeira é uma preferência da comunidade, dessa forma já é um indicativo que em relação a utilização de materiais construtivos, a preferência é por materiais que se aproximem de sua cultura construtiva, diferente do que a maior parte das políticas públicas estendem para as aldeias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto da comunidade do Tekoa Arandu Vera, a pesquisa teve como principal objetivo evidenciar a situação dessa e outras tantas comunidades indígenas devido à falta de reconhecimento de seus territórios e do respeito às suas especificidades culturais.

O processo histórico a partir da colonização foi marcado pela violência contra os povos originários através de sua redução e expropriação, refletindo em mudanças radicais em seu modo de vida que refletem ao longo desses cinco séculos. Embora alguns avanços no âmbito da legislação tenham ocorrido, esse processo de devastação física e cultural segue até os dias atuais e é marcado pelo conflito em diversas esferas.

A trajetória da comunidade do Tekoa Arandu Vera passa pela expulsão das áreas que habitavam e que compõe seu território tradicional. A fim de incentivar frentes de colonização europeias, o Estado reduz sua ocupação em aldeamentos modificando sua forma histórica de habitar e sua dinâmica de migrações. Além do processo de deslocamento forçado, a situação de coabitação imposta pelo Estado causa uma série de rupturas em relação a organização interna da comunidade, bem como conflitos dentro das reservas.

Em busca de viver em liberdade, e como um ato político de resistência, se inicia um processo de retomada Guarani em busca de um território que forneça condições de viverem com mais autonomia. Essa migração já vinha sendo anunciada em sonho a partir do líder espiritual da aldeia. O espaço para o qual a comunidade se deslocou possui vínculos ancestrais e políticos com a comunidade e preenche uma lacuna na territorialidade Guarani do Alto Uruguai.

Visando evitar conflitos com os não-indígenas que atualmente vivem nessa área, a comunidade se estabelece em local de domínio público na beira da ferrovia desativada. Esse processo também é marcado por muita dificuldade onde a comunidade permaneceu por mais de uma década em situação de acampamento habitando em casas improvisadas, sem recursos disponíveis e nem mesmo água potável.

O estudo de identificação realizado como pré-requisito para a demarcação da área também é marcado por conflitos judiciais e protestos dos agricultores que vivem no local delimitado, mais de 300 famílias que seriam reassentadas pelo Estado devido a aquisição desses lotes. Esses conflitos judiciais levaram a suspensão da decisão que demarcava a área como Terra Indígena Mato Preto.

Atualmente a comunidade vive em área adjacente ao acampamento

adquirida através de medida compensatória, onde a mesma foi escriturada para a comunidade e foram construídas casas no local para as famílias. Essa melhora em termos de estrutura não garante que a comunidade possa viver dentro do modo de vida Guarani, sendo que suas práticas culturais são limitadas pelo espaço físico ínfimo e a escassez de recursos naturais evidenciadas.

Ao apresentar a estrutura atual da aldeia em contraposição ao que a comunidade sonha para a área, essa diferença evidencia dois pontos principais que a pesquisa relata: a urgência de demarcação do território como forma de garantir uma porção de terra tradicional e conseqüentemente seu direito de se diferenciar culturalmente; e a necessidade de políticas públicas específicas para comunidades indígenas para que a arquitetura das aldeias corresponda as suas perspectivas culturais.

Como perspectiva de aldeia sonhada, o Cacique Joel relata a ideia de equilíbrio entre as estruturas culturais e as que são provenientes do contato com a sociedade envolvente. Visto que praticamente todas as comunidades Mbya Guarani do Rio Grande do Sul acessam políticas públicas para suprir suas demandas construtivas, essa condição reforça ainda mais a necessidade que os processos que levam esses equipamentos até as aldeias sejam repensados e adotem metodologias participativas.

Embora sejam poucas ainda as iniciativas de processos participativos de projeto com comunidades indígenas, a pesquisa traz alguns exemplos em diferentes esferas com o intuito de introduzir a problemática e demonstrar esses processos que questionam as práticas atuais e sensibilizam em relação a novas formas de fazer arquitetura.

A dinâmica realizada com as crianças e jovens do Tekoa Arandu Vera, bem como o levantamento de alguns anseios da comunidade para a área, buscam de forma introdutória traçar um caminho participativo para o que poderia se tornar um processo participativo de projeto caso a área em questão fosse demarcada.

REFERÊNCIAS

CAMPAÑA GUARANI. **Cuaderno del Mapa Guarani Continental**. 2016.

CARRINHO, R.G. **Habitação de Interesse Social em Aldeia Indígenas: uma abordagem sobre o ambiente construído Mbya-guarani no litoral de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2010.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras Guarani no Sul e no Sudeste**. 2009

BRASIL. Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena de Mato Preto. **Diário Oficial União**, Brasília, 20 nov. 2009.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estados Nacionais e Povos Indígenas: Análise da Experiência Guarani**. Cadernos do CEOM (UNOESC), v.33, p.71-90, 2010.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios**. [S.l.: s.n.], 2009.

DILL, Fernanda Machado; WIESE, Ricardo Socas. **Territorialidades indígenas nos centros urbanos: sobre lugares e povos**. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 54-74, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

FARIAS, João Maurício A. **Retomada Mbya-Guarani no Yvyrupá: produção de subjetividade, agenciamentos e criação de estratégias de luta**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2018.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Tekoá Ka'aty – Grupo de Trabalho para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani Mato Preto, Rio Grande do Sul**. Relatório Ambiental Circunstanciado. Porto Alegre: FUNAI, UNESCO, 2004.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: O território Mbyá a beira do oceano**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1992.

_____. **Espaço Geográfico Guarani – Mbya. Significado, Constituição e Uso**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2015.

LANG, Francisco. **Teko Jeapo: Escola Autônoma Mbya Guarani**. Orientadora: Eugenia Aumond Kuhn. 2018. TCC (Graduação). Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193925>.

MELIÀ, Bartolomeu S.J. A Terra sem Mal dos Guarani: Economia e Profecia. **Revista de Antropologia**, v.33, p.33-46, 30 dez. 1990.

MELLO, Flávia Cristina de. **Aata Tapé Rupy – Seguindo pela Estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá-Guarani no Sul do Brasil**.

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2001.

MELLO, Flávia Cristina de. **Aetchá Nhanderukuery Karai Retarã: Entre deus e animais: Xamanismo, Parentesco e Transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani.** Tese de Doutorado, PPGAS / UFSC, 2006.

MÜLLING, Juliana da Cruz. **Educação profissional com indígenas: possibilidades de corazonar e melhor viver.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRINTES, R. B.; BENITES, A. **RETOMADA NO YVY RUPÁ: Resistência Mbya Guarani em terras ancestrais no litoral do Rio Grande do Sul.** In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017.

PRUDENTE, L. T. Arquitetura Mbyá-Guarani em Área de Mata Atlântica: Tipologia Arquitetônica da Casa de Xaxim do Tekoá Nhüu Porã -Maquiné/ RS. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 18, p. 280-326, jan/jul. 2017.

RAPOPORT, A. **Cultura, Arquitectura y Diseño.** ARQUITECTONICS: mind, land & society. Barcelona: Edicions UPC, 2003.

_____. **Vivienda y Cultura.** Barcelona: Gili, 1972.

REFATTI, Denize. **Os sonhos e os caminhos do nhe'e: uma etnografia da experiência onírica como fonte de conhecimento entre os Ava-Guarani de Ocoy.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História Comparada. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.** v.5, jul/dez. 2013.

RUDOFISKY, Bernard. **Arquitectura sin Arquitectos: breve introducción a la arquitectura sin genealogia.** Buenos Aires: Editora Universitária, 1973

SALUSTIANO, Hugo. **Os sonhos entre os Guarani e algumas de suas articulações com parentesco, deslocamentos territoriais e configurações sociais multilocais.** In: Reunião Brasileira de Antropologia, 32., 2020, Rio de Janeiro.

SANTOS, S.C. Organização e Atividades de Assistência Governamental aos Índios. In: **Educação e Sociedades Tribais.** Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

SEGATO, Rita Laura. **La Nación y sus Otros.** Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SCHWINGEL, Lúcio Roberto (Org). **Povos Indígenas e Políticas Públicas da Assistência Social no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Secretária do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, 2002, 48p.

ZANIN, Nauira. **Abrigo na Natureza: Construção Mbyá-Guarani, Sustentabilidade e**

Intervenções Externas. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Engenharia Civil. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. **Intervenções Arquitetônicas Junto a Povos Indígenas: processo de projeto, apropriação e uso de ambientes escolares.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2018